



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

TERCEIRA AVALIAÇÃO DO ACORDO AO ABRIGO DO INSTRUMENTO DE APOIO À POLÍTICA ECONÓMICA — RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO E COMUNICADO DE IMPRENSA

Janeiro de 2015

No contexto da terceira avaliação do acordo ao abrigo do Instrumento de Apoio à Política Económica, os seguintes documentos foram publicados e estão incluídos neste pacote:

- **Relatório do Corpo Técnico** elaborado por uma equipa de especialistas do FMI para a consideração do Conselho de Administração por decurso de prazo, após as discussões encerradas em 6 de novembro de 2014 com as autoridades de Moçambique sobre a evolução da economia e as políticas económicas que alicerçam o acordo com o FMI ao abrigo do Instrumento de Apoio à Política Económica. O relatório do corpo técnico foi concluído em 12 de dezembro de 2014, com base na informação disponível à altura das discussões.
- **Comunicado de Imprensa.**

Os documentos relacionados a seguir foram ou serão publicados separadamente.

Carta de Intenções enviada ao FMI pelas autoridades de Moçambique*
Memorando de Política Económica e Financeira das autoridades de Moçambique*
Memorando Técnico de Entendimento*

* Também incluídos no Relatório do Corpo Técnico

A política de publicação de relatórios do corpo técnico e outros documentos permite a supressão de informações que possam influenciar os mercados.

Para adquirir exemplares deste relatório, entre em contato com:

International Monetary Fund • Publication Services
PO Box 92780 • Washington, D.C. 20090
Telefone: 1 202 623-7430 • Fax: 1 202 623-7201
E-mail: publications@imf.org Web: <http://www.imf.org>
Preço unitário: USD 18,00

**Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C.**



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

TERCEIRA AVALIAÇÃO DO INSTRUMENTO DE APOIO À POLÍTICA ECONÓMICA E PEDIDO DE MODIFICAÇÃO DE CRITÉRIOS DE DESEMPENHO

8 de Dezembro de 2014

PRINCIPAIS TEMAS

Contexto e desafios em matéria de políticas. O desempenho macroeconómico de Moçambique continua robusto, com crescimento vigoroso e inflação baixa. Não obstante o risco acrescido devido a uma conjuntura mundial incerta, a expectativa é de um crescimento de bases alargadas a médio prazo, impulsionado pela expansão do sector de recursos naturais e pelos investimentos em infraestruturas.

Quadro de políticas a curto prazo. O principal desafio a curto prazo é manter o impulso de crescimento e preservar a sustentabilidade orçamental e da dívida. A orientação da política orçamental em 2014 é expansionista, e uma consolidação fiscal terá de ser realizada a partir do orçamento de 2015 para restaurar a gestão orçamental prudente. Os baixos preços internacionais resultaram na queda da inflação, mas o Banco de Moçambique deve manter a vigilância e cumprir a sua meta de médio prazo para a inflação. As reformas estruturais prioritárias incluem melhorias na administração do IVA e na administração tributária em geral, a continuidade das reformas na gestão das finanças públicas, o reforço das capacidades para a transparência na gestão dos investimentos públicos e contratação de empréstimos, e os esforços de melhoria do ambiente de negócios e desenvolvimento do sector financeiro. A conclusão das negociações do contrato de GNL é um marco crítico para o arranque deste projecto, um dos maiores na África Subariana.

Reformas a médio prazo. O ajustamento orçamental a médio prazo será essencial para preservar a sustentabilidade da dívida e a estabilidade macroeconómica. Tal requer medidas para conter as actuais pressões de despesas, trazendo o investimento para um nível mais sustentável. Deve-se prosseguir com vigor a implementação de reformas estruturais centradas na gestão das finanças públicas, instrumentos de política monetária, supervisão bancária e facilitação do comércio, de forma a sustentar o crescimento e torná-lo mais inclusivo. Dado o provável declínio da ajuda financeira externa a médio prazo, a contracção de empréstimos poderia trazer mais recursos para a melhoria das infraestruturas físicas e do capital humano de Moçambique. Continuar a reforçar a planificação e execução dos investimentos e a gestão da dívida é essencial para assegurar a eficiência dos investimentos e empréstimos.

O corpo técnico apoia a conclusão da avaliação. O desempenho no âmbito do programa foi desigual. Todos os critérios de avaliação quantitativos de Junho de 2014 foram cumpridos, com uma excepção. Houve atrasos na implementação das reformas estruturais.

Aprovado por
David Robinson e
Ranil Salgado

Uma equipa formada pela Sra. Ross (chefe) e Srs. Inui, Medina, Xiao (todos AFR) e Perone (SPR) esteve em Maputo entre os dias 22 de Outubro e 6 de Novembro de 2014. A missão reuniu-se com os Ministros Chang (Finanças), Cuereneia (Planificação e Desenvolvimento), Bias (Recursos Naturais), Namburete (Energia), o Governador Gove do Banco de Moçambique e outras autoridades. A missão reuniu-se também com o Presidente-eleito Nyusi, os candidatos à presidência de dois outros grandes partidos, parceiros de desenvolvimento e representantes da sociedade civil e do sector privado. O Sr. Segura-Ubiergo (representante residente), Sr. Simione e Sra. Palacio (do gabinete do representante residente) prestaram apoio à missão. Os Srs. Tivane (OED), Revilla e Blanco Armas (Banco Mundial) participaram de algumas discussões sobre políticas.

SUMÁRIO

I. CONTEXTO E DESENVOLVIMENTOS RECENTES	4
II. PERSPECTIVAS ECONÓMICAS E DISCUSSÕES DE POLÍTICAS	10
A. Perspectivas e Riscos.....	10
B. Políticas e Reformas Orçamentais.....	11
C. Política Monetária e Reformas do Sector Financeiro	14
D. Planeamento do Investimento e Ambiente de Negócios	17
III. QUESTÕES RELATIVAS AO PROGRAMA	18
IV. AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO.....	19
I. EVOLUÇÃO ECONÓMICA RECENTE E DESEMPENHO NO ÂMBITO DO PROGRAMA.....	29
II. POLÍTICAS MACROECONÓMICAS	31
III. REFORMAS ESTRUTURAIS DAS FINANÇAS PÚBLICAS.....	34
IV. POLÍTICAS DO SETOR FINANCEIRO	39
FATORES DE AJUSTE.....	49
A. Reservas internacionais líquidas	49
B. Crédito líquido ao governo central.....	49
CAIXA	
1. Rebaseamento do PIB	6
FIGURAS	
1. Impacto dos Acontecimentos Mundiais	7

2. Inflação e Evolução Monetária _____	8
3. Evolução Orçamental _____	9

QUADROS

1. Principais Indicadores Económicos e Financeiros, 2011-19 _____	21
2. Finanças Públicas, 2011-15 _____	22
3. Finanças Públicas, 2011-19 _____	22
4. Síntese Monetária, 2012-15 _____	23
5. Balança de Pagamentos, 2012-19 _____	24
6. Indicadores de Solidez Financeira do Sector Bancário, 2008-14 _____	25

APÊNDICE

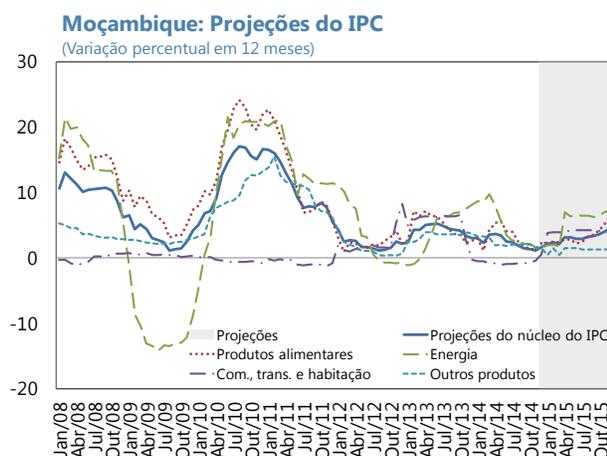
1. Carta de Intenções _____	27
Anexo 1: Memorando de Políticas Económicas e Financeiras _____	29
Anexo 2: Memorando Técnico de Entendimento _____	49

ANEXO

1. Nova Legislação Sectorial e Tributária para os Sectores de Mineração e Hidrocarbonetos ____	52
--	----

I. CONTEXTO E DESENVOLVIMENTOS RECENTES

1. O crescimento económico continua vigoroso e a inflação permanece baixa. A publicação de contas nacionais rebasadas em Julho resultou num acréscimo de 11% no nível do PIB de 2009, com uma alteração modesta na composição sectorial (Caixa 1). O PIB real cresceu 7,2% no primeiro semestre de 2014, impulsionado pelas indústrias extractivas, indústria transformadora, serviços públicos e serviços financeiros. Beneficiado pela evolução favorável dos preços de importação, inclusive por causa da apreciação do metical frente ao rand sul-africano, por uma excelente safra que conteve os preços dos alimentos, bem como pela estabilidade dos preços administrados (combustíveis, transportes públicos e serviços de utilidade pública), a inflação dos preços no consumidor em 12 meses caiu para 1,3% em outubro. A taxa de câmbio efectiva real mantém-se basicamente estável desde 2012.



MEFP ¶12

2. A execução do orçamento no primeiro semestre ficou basicamente dentro do previsto, mas o orçamento rectificativo adotado em Julho implica uma orientação mais expansionista do que o programado. As projecções do corpo técnico apontam que a despesa total em 2014 será cerca de 0,3% do PIB maior do que o previsto à altura da segunda avaliação do acordo PSI, o que se atribui a um aumento de 0,8% do PIB nas despesas correntes (mormente bens e serviços, para além de um ligeiro aumento da massa salarial), aos custos da realização de eleições e ao acordo político com o principal partido de oposição (Renamo) (ver parágrafo 5), o que será parcialmente compensado pela projectada subexecução dos investimentos. Dadas as projecções inalteradas para a receita e a expectativa de declínio dos donativos, tal resultaria numa necessidade acrescida de financiamento bancário interno, na ordem de 1,1% do PIB. Os dados preliminares até Setembro mostram uma ligeira diminuição das receitas, gastos prioritários relativamente baixos e um volume elevado de outros gastos — provavelmente relacionados às eleições e ao acordo de trégua; este facto, assim como os desembolsos do financiamento externo recebidos com atraso e em montantes ligeiramente menores, levou à utilização do financiamento interno em níveis consideravelmente maiores do que o programado.

3. No primeiro semestre de 2014, o défice da conta corrente diminuiu 15% em relação ao período homólogo de 2013, em consequência do abrandamento das actividades de investimento dos megaprojectos. As receitas de exportação caíram 8,4%, devido à queda dos preços das matérias-primas, quer para as exportações tradicionais, quer para as exportações dos megaprojectos, incluindo o alumínio e o carvão, enquanto que as importações caíram 7,5%.

O Banco de Moçambique (BM) continuou a reforçar a posição das suas reservas internacionais líquidas (RIL), embora o valor das RIL em dólares tenha sofrido perdas expressivas em função do fortalecimento do dólar norte-americano.

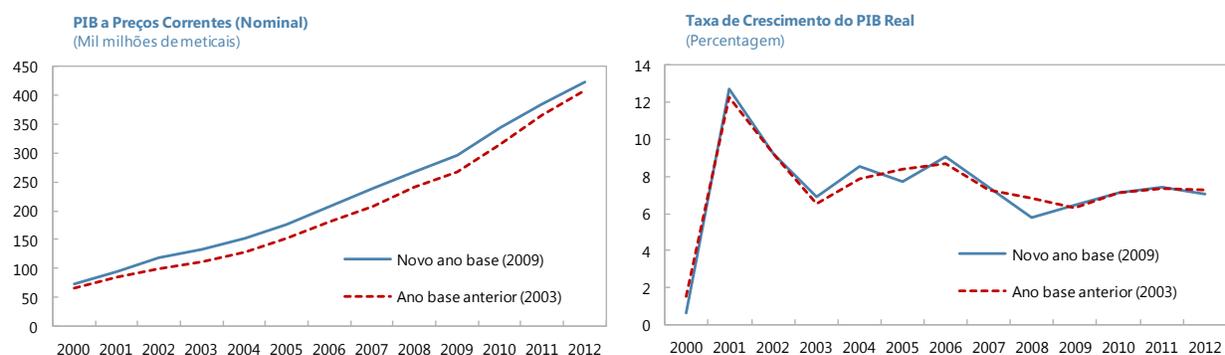
4. O desempenho do programa tem sido desigual.

- **Os critérios de avaliação definidos até Junho foram todos cumpridos, com uma única exceção, porém mais da metade das metas indicativas para Setembro não o foram** (Quadro 1 do MPEF). As metas para a base monetária fixadas para o final de Junho e final de Setembro deixaram de ser cumpridas por uma pequena margem, mas a inflação mantém-se muito baixa, na casa de um dígito, e bem abaixo do intervalo definido pelo BM. O desempenho até Setembro de 2014 teve altos e baixos, com o cumprimento de três das oito metas indicativas; três metas deixaram de ser cumpridas por uma pequena margem (base monetária, receita pública e gastos prioritários) enquanto uma (RIL) não foi cumprida devido às perdas cambiais. A meta para o crédito líquido ao governo deixou de ser cumprida por uma margem significativa devido ao ligeiro abrandamento da receita, pressões do lado das despesas e atrasos no desembolso do financiamento externo.
- **A agenda de reformas estruturais está a avançar, mas com atrasos:** apenas três dos sete indicadores de referência estrutural foram cumpridos no prazo. Realizou-se o acompanhamento de três outros indicadores, mas será preciso mais tempo para cumpri-los, e por isso seus prazos foram estendidos em 3 a 9 meses. O indicador para Junho de 2014 relativo ao Plano Integrado de Investimentos não poderá ser cumprido no futuro próximo devido a severas restrições de capacidade.

5. **O partido do governo (Frelimo) venceu as eleições presidenciais e parlamentares de Outubro de 2014, mas por uma margem consideravelmente reduzida.** A expectativa é que o novo governo do Presidente-eleito Nyusi tome posse em Janeiro ou Fevereiro de 2015. No início de Setembro de 2014, foi firmado um acordo de tréguas entre a Frelimo e o principal partido de oposição (Renamo), o que melhorou a situação da segurança ao pôr termo às hostilidades entre o exército e os combatentes da Renamo. É provável que o acordo resulte em gastos adicionais para ajudar a integrar as tropas da Renamo no exército e na polícia ou desmobilizá-las.

Caixa 1: Rebaseamento do PIB

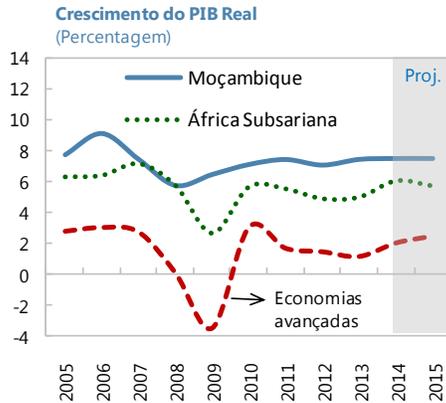
Em Julho de 2014, os dados do PIB de 2009 foram revistos em alta em cerca de 11% e o ano base foi alterado de 2003 para 2009. As mudanças nas taxas de crescimento real nas séries de dados históricos foram marginais, e as mudanças na composição sectorial foram pequenas. Ao contrário das grandes revisões recentes em Gana e na Nigéria, as mudanças mais modestas em Moçambique devem-se ao curto intervalo entre o actual ano base e o anterior (apenas 6 anos) e ao facto de que a produção de carvão foi iniciada apenas em 2011, após o novo ano base. Acresce que, juntamente com o rebaseamento, o Instituto Nacional de Estatística (INE) adoptou uma nova Classificação das Actividades Económicas coerente com os padrões internacionais: as mudanças na classificação sectorial incluem a fusão da agricultura e das pescas, a separação entre carvão e gás natural na categoria de indústria extractiva e a divisão entre transportes e comunicações. Todos os números do presente relatório têm como base as séries revistas de dados do PIB.



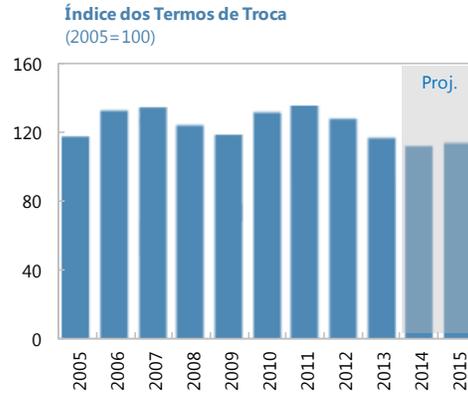
O INE melhorou a qualidade dos dados das contas nacionais ao longo do tempo, e há planos de novos aperfeiçoamentos. Uma missão recente de assistência técnica do FMI sugeriu a actualização das taxas estimadas de consumo intermédio de muitos produtos e actividades, assim que houver mais dados disponíveis, e destacou em especial as melhorias metodológicas necessárias nas estimativas do produto do sector financeiro e do consumo de capital fixo no sector das administrações públicas. Para além disso, a compilação de dados trimestrais do PIB a preços correntes e pela óptica da despesa seria útil, tão logo estejam disponíveis os dados pertinentes. O reforço da partilha de dados entre as autoridades governamentais, nomeadamente entre a Autoridade Tributária e o INE, seria útil para melhorar a qualidade das estimativas, especialmente no caso das actividades industriais e do sector financeiro.

Figura 1. Moçambique: Impacto dos Acontecimentos Mundiais

A despeito do fraco crescimento mundial e das cheias do início de 2013, as perspectivas de crescimento de Moçambique permanecem robustas.

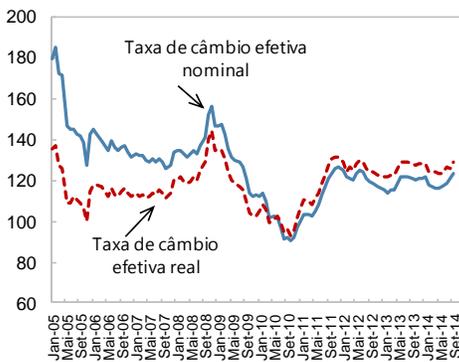


Os ganhos nos termos de troca estão a inverter-se desde 2012 devido à descida dos preços internacionais das matérias-primas...



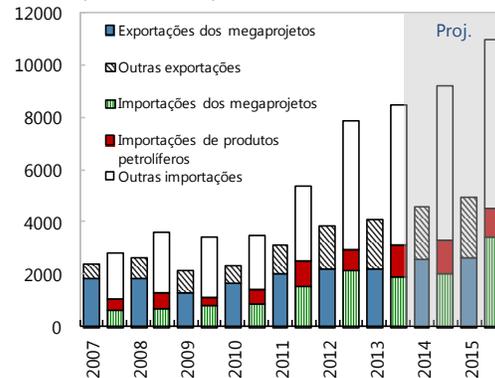
...enquanto o metical tem permanecido, de um modo geral, estável desde 2012, num ambiente de baixa inflação.

Taxas de Câmbio Efetivas Nominal e Real
(Índice, Média 2010=100)



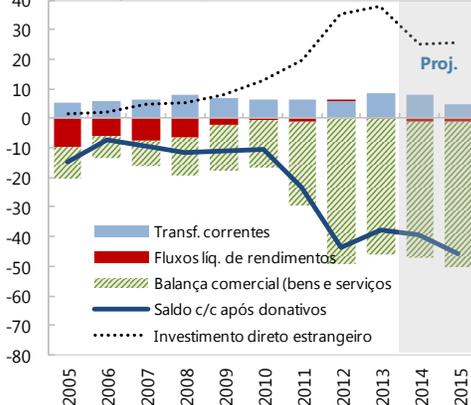
O forte crescimento das exportações dos megaprojetos foi compensado pelas importações de combustíveis e relacionadas a investimentos.

Comércio de Mercadorias
(Milhões de USD)



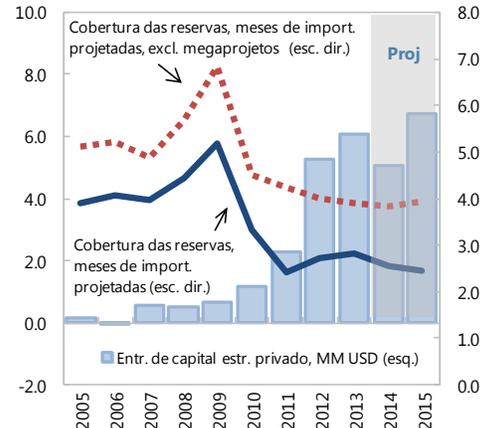
Houve um ligeiro recuo do défice da conta corrente em 2013, mas este ainda reflecte a magnitude das importações de investimentos no sector extractivo desde 2011-12.

Saldo da Conta Corrente e IDE
(Porcentagem do PIB)



Face aos fortes fluxos de capital privado e aumento das importações, desde 2010 mantém-se a cobertura de reservas em cerca de 4 meses das import. projetadas não rel. aos megaprojetos.

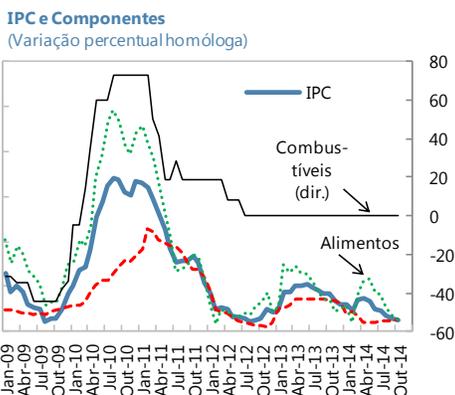
Entrada de Capital Estrang. Priv. e Cob. das Reservas



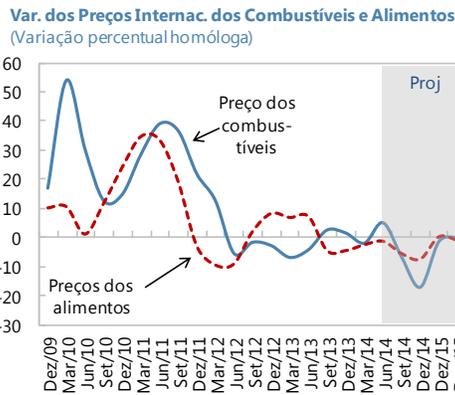
Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Figura 2. Moçambique: Inflação e Evolução Monetária

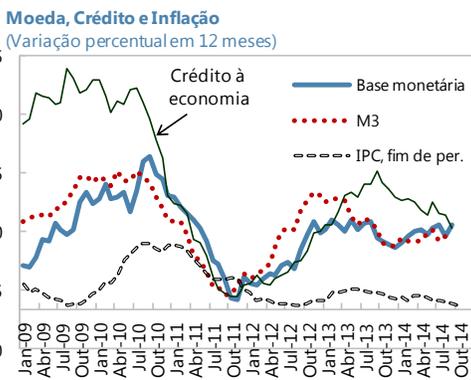
A inflação permanece baixa desde 2012, apesar de uma subida temporária devido às cheias do início de 2013.



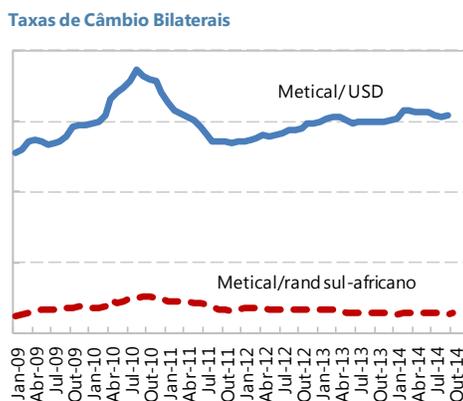
A inflação baixa foi beneficiada pela evolução favorável dos preços internacionais.



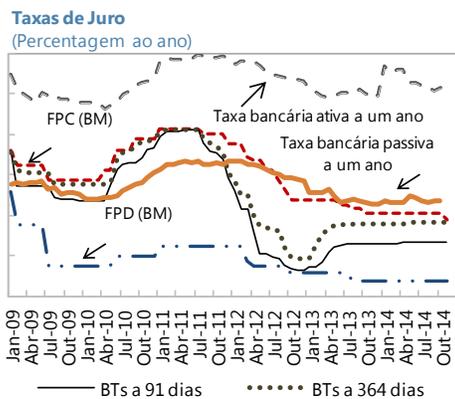
A redução da velocidade e a forte expansão do crédito ao sector privado são sinais de desenvolvimento financeiro, mas o aligeiramento da política monetária desde 2012 pode gerar alguma pressão inflacionista.



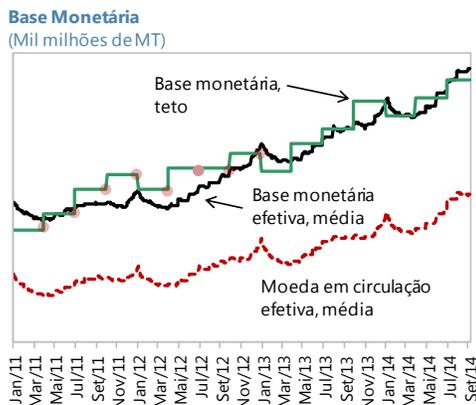
A taxa de câmbio Mt/USD depreciou-se em certa medida desde meados de 2011, enquanto a taxa face ao rand registou uma ligeira apreciação.



As taxas directoras do BM e as taxas dos BTs permaneceram estáveis, mas a taxa activa dos bancos continua muito alta.



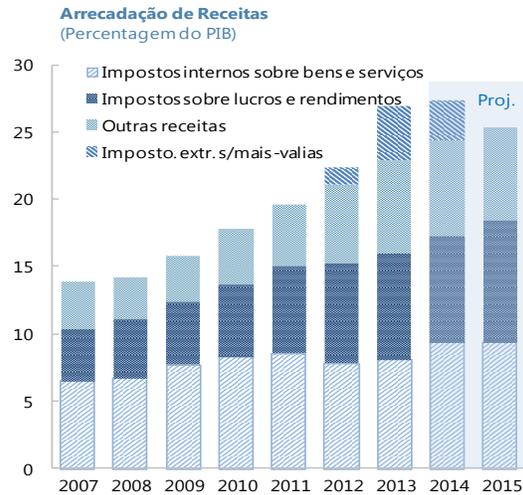
As reservas monetárias excederam as metas do programa por uma ligeira margem em Junho de 2014, devido ao aumento da moeda em circulação.



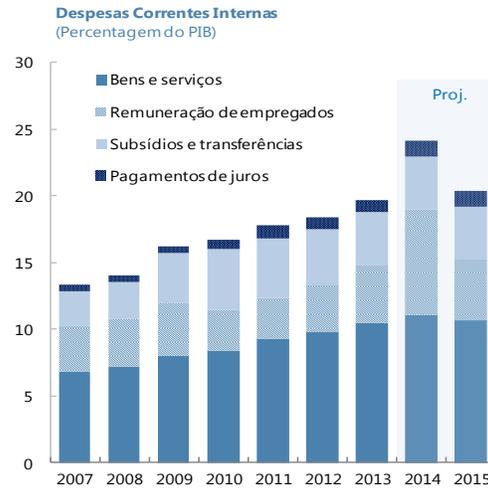
Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

Figura 3. Moçambique: Evolução Orçamental

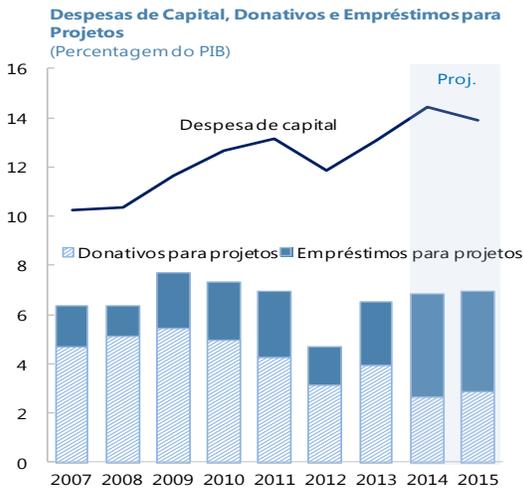
A receita excepcional do imposto sobre as mais-valias contribuiu para o dinamismo da arrecadação de receitas em 2012-14, mas não deve continuar.



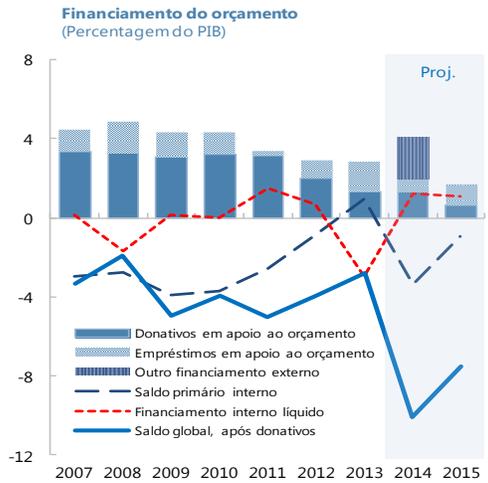
As eleições e outros gastos pontuais são as maiores causas do aumento da despesa corrente em 2014.



Os empréstimos externos estão a substituir gradualmente os donativos como fonte de financiamento das despesas de capital.



A oscilação no saldo primário interno (e no financiamento interno líquido) reflecte as receitas extraordinárias auferidas em 2013-14.



Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

II. PERSPECTIVAS ECONÓMICAS E DISCUSSÕES DE POLÍTICAS

A. Perspectivas e Riscos

6. As perspectivas económicas de Moçambique continuam favoráveis. Estima-se que o crescimento a médio prazo seja de bases alargadas e se situe em 7,5-8%.

Embora a produção de carvão se deva manter estacionária em 2015, projecta-se que o crescimento seja liderado pela construção dos megaprojectos e investimentos em infraestruturas, transportes e comunicações, agricultura em grande escala e serviços financeiros. A inflação deve permanecer dentro do intervalo de 5% a 6% definido pelo BM. Os grandes investimentos nos projectos de recursos naturais financiados pelo investimento directo estrangeiro (IDE) e recursos privados continuarão a dominar a balança de pagamentos, tendo como resultado o alargamento do défice da conta corrente para 50% do PIB nos próximos 4-5 anos com a construção das plantas de liquefacção de gás.

MEFP 15

7. A agenda de políticas de médio prazo de Moçambique continua a centrar-se na manutenção da estabilidade macroeconómica, no investimento em infraestruturas e sectores sociais, na promoção do crescimento inclusivo e na capacitação. Os preparativos para uma transição bem-sucedida para uma era rica em recursos naturais terão de ser acelerados sob o novo governo. Simultaneamente, melhorias ao nível do clima de negócios para facilitar o desenvolvimento dos sectores não extractivos, como a agricultura, serão importantes para aumentar a produtividade agrícola e a criação de empregos no sector privado, uma vez que a agricultura emprega hoje 80% da força de trabalho e o país regista forte crescimento demográfico. Está em curso um novo inquérito aos agregados familiares, cujos resultados devem ser publicados no segundo semestre de 2015, com base nos quais o novo governo formulará uma nova estratégia de redução da pobreza e desenvolvimento no médio prazo.

8. Os riscos económicos continuam moderados, mas verifica-se um agravamento dos riscos de baixa. As empresas de mineração sofreram perdas nas suas exportações devido aos preços internacionais do carvão terem estado abaixo do esperado e dos elevados custos de transportes. A menos que os preços do carvão se recuperem e os custos sejam contidos, as expansões da produção originalmente planeadas para ocorrer após a entrada em funcionamento da nova linha férrea de Nacala, no início de 2015, poderão ter de ser adiadas. Uma nova deterioração das perspectivas para os preços internacionais do gás poderia também afectar os planos de outros megaprojectos. Em Agosto de 2014, o governo obteve autorização parlamentar para negociar com as empresas de gás, até o final de 2014, as condições fiscais e outros termos contratuais do projecto de GNL da bacia do Rovuma associado aos contratos de concessão para a exploração e desenvolvimento de petróleo e gás. Trata-se de um projecto de investimento privado financiado por IDE e instrumentos financeiros, que comporta um acordo de partilha de produção com a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH). A um custo não inferior a USD 40.000 milhões (ou 2,5 vezes o PIB estimado de 2014) para a primeira fase do projecto, que poderia ascender a USD 100.000 milhões no futuro, o projecto situa-se entre os maiores da África Subsariana. Considerando que a produção de GNL deve começar apenas em 2020, e que a receita de mineração do governo permanecerá baixa na próxima década, estes desenvolvimentos de curto prazo têm impacto reduzido sobre o orçamento no curto prazo. A materialização de

riscos mais amplos para o crescimento dificultaria a consolidação orçamental, mas o risco de sobre-endividamento provavelmente continuaria moderado.

9. Com base no desempenho recente no âmbito do programa e nas perspectivas económicas, o corpo técnico e as autoridades actualizaram os entendimentos sobre a combinação de políticas para 2015. Os principais objectivos serão conter a rápida expansão recente das despesas públicas, de modo a manter a sustentabilidade orçamental, preservar um ambiente de inflação baixa e facilitar a actividade económica privada e o acesso ao crédito, bem como redinamizar a agenda de reformas estruturais.

MEFP ¶18

B. Políticas e Reformas Orçamentais

10. As autoridades e o corpo técnico concordaram que o orçamento de 2015 terá de inverter a expansão de 2014 e retornar a uma orientação mais prudente de políticas.

O projecto de orçamento de 2015 prevê um corte dos gastos correntes da ordem de 1,1 p.p. do PIB em relação às projecções de 2014 (excluídos os gastos pontuais de 2014 relacionados às eleições e à EMATUM) e uma redução do nível (ainda elevado) de investimentos com financiamento interno. Esta contenção das despesas, aliada aos esforços contínuos de alargamento da base de tributação, reduziria em 2 p.p. do PIB o défice primário interno em 2015 e em 3% o défice orçamental global após os donativos. Isto deve ser feito de forma a proteger os gastos sociais, como saúde e educação básicas e programas de assistência social.

Receitas fiscais

11. Projecta-se que a receita total ascenda a 25,4% do PIB em 2015.

Este aumento é coerente com o desempenho de Moçambique no passado, com as receitas fiscais a crescer uma média de 1,25 p.p. do PIB ao ano no período 2010-14. As

autoridades planeiam manter o crescimento da receita através do alargamento da base de contribuintes, melhorias na eficiência e auditorias. Entre os esforços em curso figuram o registo dos contribuintes no sistema de pagamento eletrónico de impostos (e-Tributação) e o alargamento desse sistema para além do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) do imposto simplificado sobre pequenos contribuintes (ISPC), bem como a modernização da estrutura organizativa da Autoridade Tributária para aumentar a sua eficiência.

MEFP ¶128-30

Moçambique: Principais Indicadores Orçamentais

	2011	2012	2013	2014			2015
	Act.	Act.	Act.	CR 14/148	FMI, proj. rev.	FMI, neutro ¹	Proj.
	(Porcentagem do PIB, salvo indicação em contrário)						
Total da receita	19.7	22.4	26.9	27.3	27.3	24.3	25.4
<i>d/q: imposto sobre mais-valias</i>	0.0	1.2	3.9	3.0	3.1	0.0	0.0
Total da despesa e emprést. líq.	31.9	31.4	34.9	41.6	41.9	39.0	36.4
<i>d/q: despesas correntes</i>	17.8	18.5	19.7	23.3	24.1	21.2	20.4
Saldo global, antes dos donativos	-12.4	-9.1	-8.1	-14.3	-14.5	-14.7	-11.1
Donativos	7.4	5.2	5.3	5.2	4.0	4.0	3.6
Saldo global, após donativos	-5.0	-4.0	-2.8	-9.2	-10.6	-10.8	-7.5
Financiamento externo líquido	3.5	3.3	5.8	9.2	9.4	7.3	6.4
Financiamento interno líquido	1.5	0.7	-3.0	-0.1	1.2	3.5	1.1
<i>Por memória:</i>							
Saldo primário interno	-2.8	-1.0	0.9	-3.0	-2.9	-3.7	-0.9
Crescimento do PIB real (%)	7.4	7.1	7.4	8.3	7.5	7.5	7.5
Inflação média pelo IPC (%)	10.4	2.1	4.2	4.6	2.6	2.6	5.0

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ O cenário neutro do FMI é ajustado em função das receitas e despesas pontuais. As receitas excluem ganhos extraordinários no montante de USD 520 milhões (Mt 16.064 milhões), enquanto as despesas excluem a EMATUM (Mt 10.920 milhões), e uma parcela das despesas relacionadas às eleições (Mt 4.209 milhões).

O regime fiscal revisto que se aplica à nova legislação das minas e hidrocarbonetos foi aprovado pelo parlamento em Agosto de 2014, porém algumas disposições não reflectem as melhores práticas internacionais (Anexo 1).

12. As autoridades continuam a fortalecer a administração tributária, especialmente no que respeita à gestão dos reembolsos do IVA, uma área que passou a ser motivo de grande preocupação para o sector privado. A cobrança do IVA de 2015 será administrada em base líquida (dos pedidos de reembolso). Em consulta com o sector privado, as autoridades estão a preparar a titularização do stock de pedidos de reembolso do IVA em aberto, que se projecta que ascenda aos USD 250-300 milhões no final de 2014. Espera-se para o primeiro trimestre de 2015 uma colocação privada abrangendo a totalidade dos reembolsos em atraso.

MEFP ¶127

13. As autoridades e o corpo técnico chegaram a um acordo quanto à inclusão no projecto da Lei do Orçamento de 2015 de uma regra *ex ante* sobre o uso de receitas extraordinárias. O corpo técnico reiterou a recomendação anterior de instituir uma regra orçamental expressa sobre o uso de receitas acima do previsto no orçamento. Sem essa regra, as receitas de mais-valias de 2013-14 foram rapidamente alocadas a despesas, e parcialmente a despesas correntes. As autoridades concordaram em incluir na documentação do orçamento de 2015 um compromisso expresso de empregar as receitas extraordinárias adicionais em investimentos de infraestruturas (coerentes com a capacidade de implementação) e na redução da dívida, embora tenham enfatizado a necessidade de uma cláusula de saída em caso de emergências nacionais ou dificuldades de fluxo de caixa associadas a défices temporários no apoio externo ao orçamento. O corpo técnico enfatizou também a importância de desenvolver um cenário fiscal de médio prazo que seja eficaz, para definir uma âncora orçamental e guiar a afectação de recursos.

MEFP ¶126

Despesas

14. As despesas totais no projecto do orçamento de 2015 são 4,5 p.p. do PIB mais baixas do que em 2014. Diversos factores concorrem para essa consolidação.

- Os gastos pontuais de 2014 relacionados com a incorporação no orçamento das actividades parafiscais da EMATUM (1,9% do PIB) e com as eleições (0,6% do PIB) não continuariam em 2015.
- O governo planeia reduzir a massa salarial em 0,4 p.p. do PIB através de uma desaceleração do ritmo de novas contratações; do pagamento de salários por transferência bancária directa para impedir a evasão do fundo salarial; do reforço do controlo sobre o pagamento de horas extraordinárias; e da verificação do cadastro electrónico de funcionários do Estado (e-CAF) em 2015.

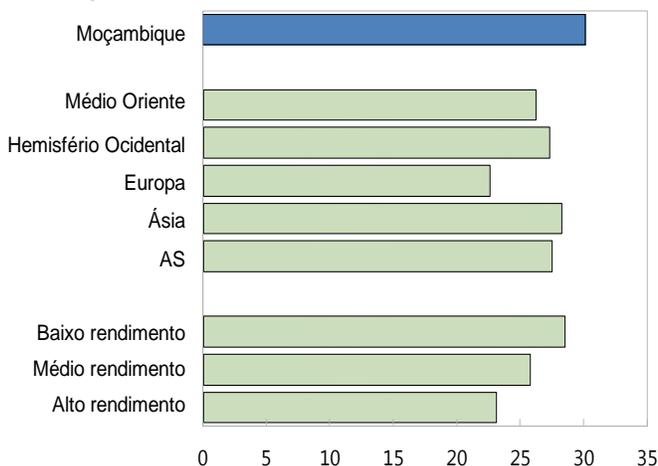
- Os projectos de investimento público serão objecto de um processo mais rigoroso de avaliação para limitar as despesas de investimento e o endividamento externo a elas associado, paralelamente à melhoria da eficiência dos investimentos. Isto reduziria as despesas de investimento e a concessão líquida de empréstimos em 1,8 p.p. do PIB (dos quais 0,7% são financiados internamente), para um nível de 16%, que ainda é elevado pelos padrões internacionais.

15. A política salarial do sector público de Moçambique precisa de ser reformada para assegurar a sustentabilidade a médio prazo.

O corpo técnico observou que a folha salarial do Estado havia crescido mais de 20% ao ano, em média, nos últimos cinco anos, e projecta-se que alcance os 11,1% do PIB em 2014, o que é elevado nas comparações internacionais. As autoridades referiram que isto se deve em parte às numerosas contratações nos sectores sociais e aos aumentos de salários concedidos antes das eleições. Concordaram com a necessidade de reduzir gradualmente o tamanho relativo da massa salarial.

Massa salarial, 2013

(Porcentagem do total das despesas)



16. As autoridades estão a fortalecer a supervisão das empresas públicas. O Ministério das Finanças encaminhará ao Conselho de Ministros, até ao final de Dezembro de 2014, um relatório abrangendo as 14 empresas totalmente detidas pelo Estado. No passado, o conteúdo deste tipo de relatório era altamente descritivo; o corpo técnico recomendou que se reforçasse o seu elemento analítico, mas as autoridades citaram limitações de capacidade. Quatro das seis maiores empresas públicas já publicaram os seus relatórios anuais de 2013 e as duas outras estão em vias de fazê-lo. Um projecto de lei sobre o Sector Empresarial do Estado (SEE) foi elaborado visando as cerca de 120 empresas públicas supervisionadas pelo Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE). O governo tem planos de consolidar a sua participação nas empresas no médio prazo, inclusive através de privatizações e liquidações. A EMATUM, que faz parte do SEE, é objecto de controlos financeiros mais rigorosos no âmbito do quadro de empresas públicas; em Julho de 2014 a empresa transmitiu relatórios financeiros e operacionais trimestrais aos Ministérios das Finanças e das Pescas. O governo contratou uma firma internacional de auditoria para efectuar uma auditoria externa das contas da EMATUM referentes a 2013; o relatório correspondente será publicado (até ao final de 2014), assim como serão os futuros relatórios anuais auditados.

MEFP ¶135

17. As autoridades estão a tomar medidas para reforçar a gestão dos riscos fiscais. A recente avaliação da transparência fiscal salientou a

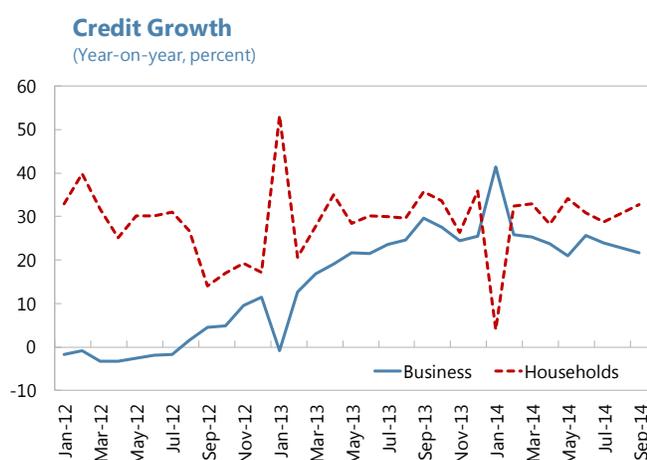
MEFP ¶125

presença de riscos fiscais expressivos decorrentes da dependência do apoio dos doadores para o financiamento externo, da susceptibilidade a choques exógenos de desastres naturais, das actividades das empresas públicas, dos contratos de infraestruturas de grandes dimensões e plurianuais, das garantias concedidas, dos passivos contingentes e das actividades para-fiscais. Para abordar essas vulnerabilidades, uma missão do Banco Mundial de Novembro de 2014 prestou assistência na planificação de uma unidade de riscos fiscais no MF, a qual será criada até Março de 2015. A unidade será incumbida da preparação de uma declaração pormenorizada sobre os riscos fiscais para inclusão na documentação do orçamento anual, mas precisará de tempo e de um volume considerável de formação antes de iniciar as suas actividades.

C. Política Monetária e Reformas do Sector Financeiro

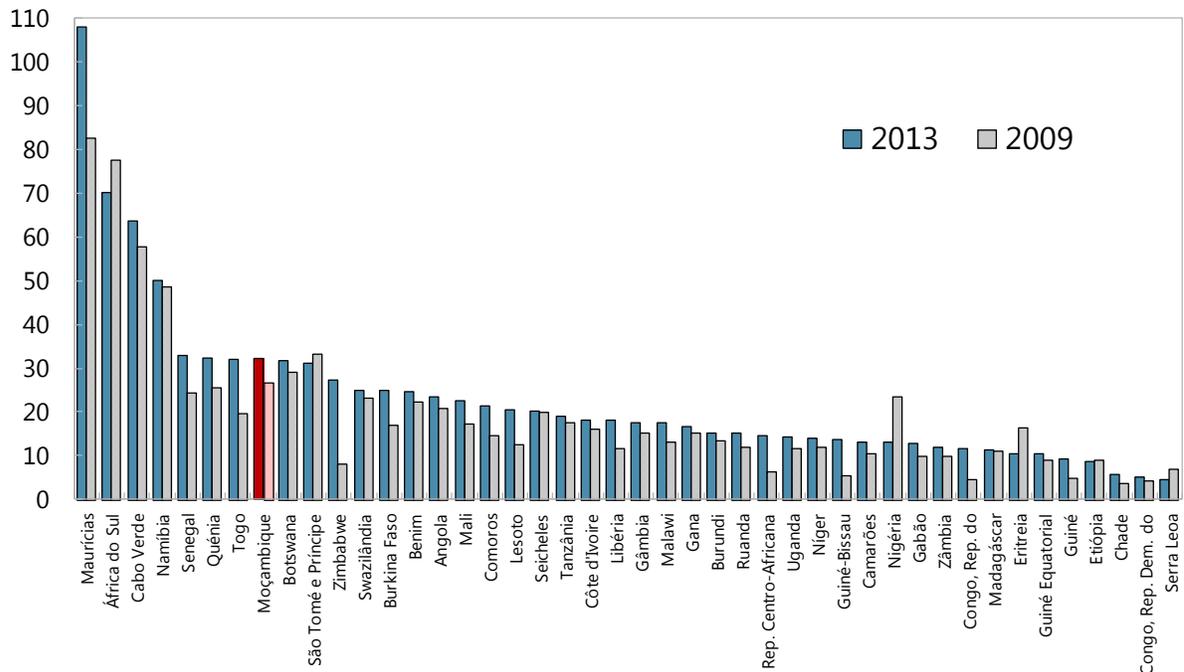
18. As políticas do BM em 2015 estarão viradas para a salvaguarda do ambiente de inflação baixa e a redução dos custos de obtenção de empréstimos do sector privado. Em vista das perspectivas favoráveis para a inflação, o BM terá como meta um crescimento da base monetária ligeiramente mais brando em 2015 do que em 2014, o que deve resultar numa certa moderação do crescimento da massa monetária e do crédito.

O corpo técnico indicou que, após diversos anos de rápida expansão, o crédito ao sector privado em percentagem do PIB situa-se entre os mais elevados da África Subsariana. O corpo técnico observou que o acesso limitado das pequenas e médias empresas (PME) ao crédito e os elevados custos de captação de empréstimos decorriam sobretudo de factores de rigidez estrutural, e que as reformas para promover a concorrência, a transparência e a literacia financeira — como por exemplo a criação das centrais privadas de registo de crédito — devem, com o tempo, ajudar a baixar o risco de crédito para os bancos e o custo de captação para os mutuários. O BM reiterou a sua prioridade de fomentar o acesso das PME ao crédito, mas concordou em manter-se vigilante e pronto para conter a expansão monetária caso factores exógenos venham a pressionar a inflação para acima da meta de 5% a 6% no médio prazo.



Crédito ao Setor Privado em Países Subarianos

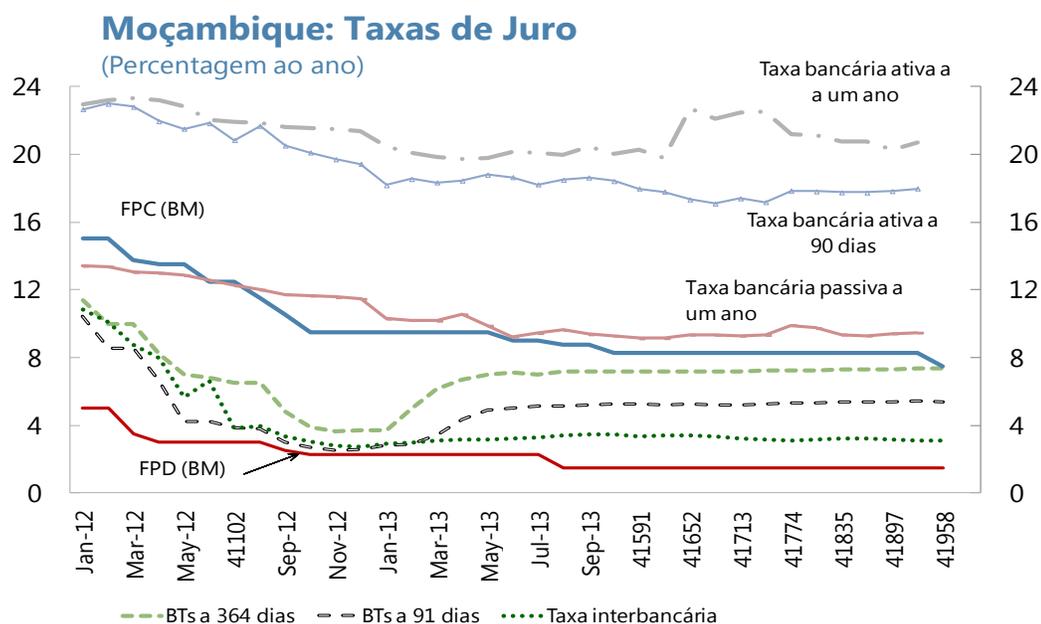
(Porcentagem do PIB)



Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

19. O BM continua a reforçar as suas capacidades em matéria de análise e previsão da inflação e a aperfeiçoar o quadro de operações de política monetária. Fez bons progressos no desenvolvimento de um novo modelo de previsão da inflação. No início de Novembro, o BM reduziu em 75 pontos base a taxa da Facilidade Permanente de Cedência (FPC), para 7,5%, estreitando o corredor entre a taxa da FPC e da FPD – Facilidade Permanente de Depósito (que, entretanto, permanece elevada, em 600 pontos base) num esforço para aumentar a sua influência sobre o mercado interbancário. A reforma no sentido de autorizar o uso de Bilhetes do Tesouro (BTs) como garantia em operações do mercado monetário tem sofrido grandes atrasos. O corpo técnico destacou a importância de tal medida para o desenvolvimento dos mercados financeiros domésticos, e o BM e a Bolsa de Valores comprometeram-se a resolver as questões jurídicas e tecnológicas restantes para concluir essa reforma até Setembro de 2015.

MEFP ¶137-41



20. O sector bancário permanece saudável de modo geral e prosseguem as reformas para reforçar a supervisão bancária e os instrumentos de gestão de crises. Os indicadores de solidez bancária mostram que os bancos estão bem capitalizados e os testes de esforço também indicam que o sistema bancário é resiliente; a concentração da carteira de crédito continua a ser a principal fonte de risco. A definição dos créditos mal parados foi alinhada às normas internacionais a partir de Janeiro de 2014, e os dados recentes com base na nova definição mostram um nível apenas marginalmente mais elevado de créditos mal parados. O BM conduz regularmente a supervisão das relações país de origem-país anfitrião com as autoridades dos países parceiros para monitorizar os riscos de contágio. Está previsto para o início de 2015 um exercício de simulação do Plano de Contingência do Sector Financeiro, com o apoio do Banco Mundial, mas a operacionalização do Fundo de Garantia de Depósitos sofreu novos atrasos na definição da sua envergadura e do mecanismo de contribuição.

MEFP ¶142-46

21. A implementação da Estratégia de Desenvolvimento do Sector Financeiro (EDSF) 2013-22 teve um arranque lento. O BM e a Bolsa de Valores lançaram recentemente programas educativos para promover a literacia financeira, nomeadamente através de transmissões de rádio e TV e palestras em todo o país. O BM redigiu diversos regulamentos visando a promoção do acesso aos serviços bancários e a protecção dos clientes da banca móvel, e está a elaborar uma Estratégia Nacional de Inclusão Financeira. Foi submetida à Assembleia da República em Fevereiro de 2014 a lei sobre a criação das centrais privadas de registo de crédito, que aguarda aprovação. A redacção do projecto de Lei das Garantias Móveis, que será fundamental para facilitar o acesso das PME ao crédito, sofreu atrasos devido à falta de experiência nessa área. A regulamentação da Lei de Combate ao Branqueamento de Capitais e Repressão ao Financiamento de Terrorismo foi aprovada pelo Conselho de Ministros em Agosto de 2014 e as

MEFP ¶147, 48

directrizes do BM para os bancos comerciais sobre o assunto devem ser aprovadas até Março de 2015.

D. Planeamento do Investimento e Ambiente de Negócios

22. O desenvolvimento das capacidades em matéria de planificação de investimentos e avaliação de projectos é altamente prioritário.

O indicador de referência estrutural sobre o aperfeiçoamento do Programa Integrado de Investimento (PII) até ao final de Junho de 2014 não foi cumprido devido a dificuldades na recolha e processamento de informação de um grande volume de projectos de investimento junto aos ministérios sectoriais, o que reflecte limitações de capacidade e o atraso na prestação de assistência técnica. Como um primeiro passo para melhorar o processo de tomada de decisões de investimento, o governo concordou em fortalecer a Comissão de Avaliação de Investimentos, que tem estado inactiva até hoje, e determinou que a Comissão efectue uma avaliação técnica de todos os novos projectos de investimento público de valor igual ou superior a USD 50 milhões que sejam incluídos ou estejam a ser considerados para inclusão no orçamento de 2016 e dos anos seguintes.

MEFP ¶17

23. Estão também a ser tomadas medidas para reforçar a gestão da dívida pública.

O governo preparou uma atualização da ASD em Outubro de 2014 e alargou a sua cobertura e a dos relatórios de execução orçamental para incluir as garantias públicas; a qualidade dos dados sobre a dívida, a coerência interna e a análise estão entre as fragilidades nesta área. O governo reconheceu a necessidade de monitorizar e avaliar a probabilidade e o impacto do possível incumprimento de tais garantias. A Estratégia de Gestão da Dívida será revista até ao final de Junho de 2015. O corpo técnico salientou a necessidade de reforçar a coordenação institucional entre a planificação do investimento público e a gestão da dívida.

MEFP ¶18, 19

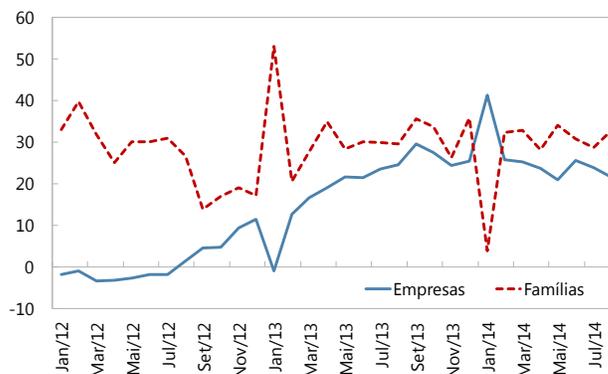
24. O ambiente de negócios está a melhorar lentamente, mas ainda há muito a fazer para criar um ambiente mais propício para a actividade empresarial privada.

A posição de Moçambique no índice *Doing Business* do Banco Mundial melhorou: de 142^a em 2014 para 127^a (de um total de 189) em 2015, o que representa o maior avanço do país nos últimos anos, como resultado de melhorias nas áreas de abertura de empresas, emissão de alvarás de construção e registo de propriedades. Com vistas ao futuro, as autoridades estão a implementar uma Estratégia de Melhoria do Ambiente de Negócios (2013-17), que se destina a agilizar o registo e licenciamento de actividades económicas; para o efeito, já foi lançada uma plataforma eletrónica de registo e licenciamento de serviços de novas empresas, estando previsto para 2014 o lançamento de um sítio Web unificado reunindo toda a informação sobre legislação, procedimentos, documentação necessária e serviços complementares. Serão essenciais novas melhorias no que respeita ao acesso ao crédito, execução de contratos, resolução de insolvências e acesso à electricidade.

III. QUESTÕES RELATIVAS AO PROGRAMA

25. Solicita-se uma dispensa pelo não cumprimento de um critério de avaliação para o final de Junho de 2014 e são propostas modificações em três critérios de avaliação e uma meta indicativa para Dezembro de 2014, de modo a levar em conta os desenvolvimentos recentes. Solicita-se a dispensa pelo não cumprimento do critério de avaliação sobre a base monetária no final de Junho de 2014 considerando que o desvio foi pequeno e não prejudicou a consecução dos objectivos do programa.

Crescimento do Crédito
(Em termos homólogos, percentagem)



26. Propõe-se também a reprogramação de três indicadores de referência estruturais, e a substituição do indicador de referência para o final de Junho que deixou de ser cumprido por uma medida alternativa que servirá o mesmo objetivo.

- Propõe-se que o indicador de referência estrutural para o final de Outubro de 2014 relativo à finalização e operacionalização da aplicação informática para o pagamento do IVA e do ISPC através dos bancos seja reprogramado para Junho de 2015 e ampliado. As autoridades estão a fazer progressos no projecto-piloto de pagamento de impostos através dos bancos, que envolve diversos bancos comerciais e repartições de finanças, e decidiram alargar o âmbito da aplicação informática de modo a incluir os pagamentos do imposto sobre rendimentos.
- Propõe-se que o indicador de referência estrutural para o final de Dezembro de 2014 relativo ao pagamento ou titularização do stock dos pedidos válidos de reembolso do IVA submetidos até ao final de 2013 seja reprogramado para o final de Março de 2015, considerando que as autoridades estão a obter progressos no desenho da operação de titularização, com assistência técnica externa, e decidiram a alargar a abrangência da medida a todos os pedidos de reembolso do IVA submetidos até ao final de 2014.
- Propõe-se que o indicador de referência estrutural para o final de Dezembro de 2014 sobre o estabelecimento de um registo de garantias móveis seja reprogramado para Setembro de 2015, considerando que o trabalho técnico já foi iniciado, com assistência técnica externa, porém demandará mais tempo devido à complexidade do tema.
- Propõe-se que o indicador de referência estrutural sobre o PII, que não foi cumprido, seja substituído por uma medida alternativa conforme descrito no parágrafo 22.

27. Propõem-se critérios de avaliação (para o final de Junho de 2015), metas indicativas e indicadores de referência estruturais para o final de 2015 (Quadros 2 e 4 do MPEF).

IV. AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO

28. A economia de Moçambique continua forte e resiliente, mas o desempenho no âmbito do programa apoiado pelo PSI tem sido desigual. As políticas do governo conseguiram amparar o crescimento sem abdicar do objectivo de manter a inflação baixa. Com uma única excepção, todos os critérios de avaliação para Junho de 2014 foram cumpridos; embora a meta para a base monetária tenha sido ultrapassada por uma pequena margem, a inflação permaneceu significativamente abaixo do intervalo definido pelo BM. Os desenvolvimentos no terceiro trimestre foram mais desiguais, devido às derrapagens orçamentais. A implementação da agenda de reformas estruturais sofreu atrasos e deve ser redinamizada, por exemplo, através da conclusão atempada das reformas estruturais refaseadas de modo a realizar progressos contínuos nos principais objectivos do programa.

29. As perspectivas económicas para Moçambique continuam positivas e o crescimento assenta numa base alargada, mas os riscos descendentes intensificaram-se. Os preços internacionais do carvão abaixo do esperado e os elevados custos de transportes podem fazer com que os planos de expansão da produção do sector carvoeiro sejam adiados, e um abrandamento significativo do mercado mundial de gás natural poderia afectar os planos de investimentos expressivos em projectos de GNL. Uma vez que as receitas da mineração ainda são pequenas, estes desenvolvimentos terão um impacto mínimo no orçamento a curto prazo, e o risco de sobre-endividamento continuará moderado. O maior desafio continua a ser tornar o crescimento mais inclusivo através do aumento da produtividade agrícola e da criação de empregos no sector privado.

30. Após um aumento acentuado das despesas no período que antecedeu as eleições, a política orçamental terá de regressar a uma orientação mais prudente em 2015. O projecto de orçamento contém medidas suficientes de reforço da receita e contenção da despesa, porém terá de ser endossado pelo novo governo no início de 2015 e aprovado pelo parlamento.

31. A orientação da política monetária visa fomentar o crédito ao sector privado num ambiente de inflação baixa, e beneficiou de factores externos em 2014, mas o BM terá de continuar vigilante para manter a inflação dentro da sua meta a médio prazo e acumular reservas externas para manter uma cobertura apropriada das importações. O corpo técnico considera que a redução do diferencial entre as taxas das facilidades de cedência e de depósitos do BM é positiva e representa um passo na direcção correcta. As autoridades, incluindo o BM, devem acelerar a implementação das medidas necessárias para remover os obstáculos estruturais que inibem o desenvolvimento dos mercados financeiros.

32. São de louvar os avanços realizados pelas autoridades no índice *Doing Business* de 2015, mas ainda há uma margem significativa para melhorias, e é preciso a dinamizar a implementação das reformas estruturais numa ampla gama de áreas.

De referir as reformas em curso no domínio da gestão financeira pública e identificação dos riscos fiscais, administração da receita (em especial a eliminação dos reembolsos do IVA em atraso), supervisão das empresas públicas, desenvolvimento dos mercados monetário e de capital e fortalecimento do quadro de supervisão bancária e contingências financeiras formulado pelas autoridades. O reforço da capacidade institucional será importante como trabalho preparatório para a gestão da futura expansão do GNL.

33. O desenvolvimento das capacidades em matéria de planificação de investimentos e avaliação de projectos é uma prioridade urgente.

A esperada transição gradual do financiamento tradicional de doadores por outras modalidades de empréstimos exige que as autoridades assumam a análise e selecção de projectos e acompanhem atentamente a implementação dos mesmos no sentido de garantir uma boa relação custo/benefício. A transparência dos processos decisórios e a observância dos procedimentos devidos na planificação, selecção e financiamento de investimentos com base nas prioridades económicas e sociais do país precisam de ser fortalecidas, e as autoridades terão de monitorizar atentamente a correspondente dinâmica da dívida e preservar a sustentabilidade da dívida.

34. O corpo técnico recomenda a conclusão da terceira avaliação ao abrigo do PSI.

O desempenho no âmbito do programa tem sido desigual recentemente, mas as perspectivas económicas continuam positivas em função do ajustamento orçamento previsto para 2015 e o novo impulso dado às reformas estruturais. O MPEF anexo resume as políticas e os objectivos macroeconómicos para o período vindouro. O corpo técnico apoia a dispensa pelo não cumprimento do critério de avaliação sobre a base monetária no final de Junho de 2014, uma vez que o desvio foi mínimo e não prejudicou a consecução dos objectivos do programa. Estão em curso outras reformas estruturais, porém os seus progressos foram mais lentos do que o previsto. O corpo técnico apoia também o pedido das autoridades de modificação dos critérios de avaliação e meta indicativa para o final de Dezembro, pois tal seria compatível com a consecução dos objectivos do programa.

Quadro 1. Moçambique: Principais Indicadores Económicos e Financeiros, 2011-19

	2011	2012	2013		2014		2015	2016	2017	2018	2019
	Efet.	Efet.	CR 14/148	Est.	CR 14/148	Proj.	Projeções				
(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)											
Rendimento nacional e preços											
PIB nominal (mil milhões de MT)	385	424	461	470	528	526	595	680	774	882	1002
Crescimento do PIB nominal	11.5	10.2	13.0	10.9	14.4	11.9	13.1	14.1	13.8	14.0	13.6
Crescimento do PIB real	7.4	7.1	7.1	7.4	8.3	7.5	7.5	8.1	7.8	8.0	7.6
PIB per capita (USD)	539	590	593	605	645	637	694	752	817	891	969
Deflador do PIB	3.8	2.9	5.5	3.2	5.6	4.1	5.2	5.6	5.6	5.6	5.6
Índice de preços no consumidor (média anual)	10.4	2.1	4.2	4.2	4.6	2.6	5.0	5.6	5.6	5.6	5.6
Índice de preços no consumidor (fim de período)	5.5	2.2	3.0	3.0	6.0	3.0	5.5	5.6	5.6	5.6	5.6
Taxa de câmbio, MT/USD, fim de período	27.3	29.8	29.9	30.1
Taxa de câmbio, MT/USD, média do período	29.1	28.5	30.1	30.1
Setor externo											
Exportações de mercadorias	33.6	23.6	8.4	6.9	17.7	11.8	7.5	8.2	26.3	17.1	6.3
Exportações de mercadorias, excluindo megaprojetos	65.8	48.4	12.4	17.6	0.4	4.2	13.8	7.7	10.5	10.3	10.0
Importações de mercadorias	52.8	47.2	8.5	7.3	15.6	8.5	19.2	10.9	4.8	20.1	8.0
Importações de mercadorias, excluindo megaprojetos	46.2	50.8	8.6	13.6	8.7	9.5	5.5	6.6	8.8	8.3	7.7
Termos de troca	2.8	-5.7	-9.2	-9.0	-2.6	-3.3	-0.1	0.7	-1.1	-0.2	-0.3
Taxa de câmbio efetiva nominal (média anual)	12.4	7.6	...	-1.7
Taxa de câmbio efetiva real (média anual)	19.8	5.5	...	-0.4
(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)											
Moeda e crédito											
Base monetária	8.5	19.7	15.7	15.7	17.0	19.0	18.5	15.6	15.6	15.4	15.0
M3 (moeda em sentido lato)	9.4	29.4	16.3	16.3	18.5	18.1	19.0	15.9	15.4	15.6	15.2
Crédito à economia	6.4	19.9	28.7	28.7	20.7	20.0	18.1	15.2	15.3	15.3	15.0
(Porcentagem do PIB)	25.5	27.8	32.9	32.2	34.7	34.6	36.1	36.4	36.9	37.3	37.8
(Porcentagem do PIB)											
Investimento e poupança											
Investimento interno bruto	31.7	51.4	50.1	49.5	49.8	49.0	54.1	57.4	55.3	63.8	67.7
Governo	14.1	12.9	15.5	15.2	18.3	17.8	16.0	16.0	15.7	15.4	15.1
Outros setores	17.6	38.5	34.5	34.3	31.5	31.2	38.1	41.4	39.6	48.3	52.6
Poupança interna bruta (excluindo donativos)	2.1	4.1	7.5	8.8	-0.5	6.8	6.0	8.4	10.8	8.1	11.0
Governo	1.9	3.9	7.4	7.2	4.0	3.2	5.0	5.4	6.1	6.8	7.4
Outros setores	0.2	0.2	0.1	1.6	-4.5	3.6	1.1	3.0	4.6	1.3	3.6
Conta corrente externa, antes dos donativos	-29.6	-47.2	-42.6	-40.7	-50.3	-42.2	-48.0	-49.0	-44.6	-55.7	-56.7
Conta corrente externa, após os donativos	-23.1	-43.6	-39.5	-37.7	-46.9	-39.4	-45.7	-46.8	-42.5	-53.8	-54.9
Orçamento do Estado											
Total da receita ¹	19.7	22.4	27.5	26.9	27.3	27.3	25.4	25.5	25.6	25.7	25.9
Total da despesa e concessão líquida de empréstimos	31.9	31.4	35.6	34.9	41.6	41.9	36.4	36.0	35.2	34.3	33.6
Saldo global, antes dos donativos	-12.4	-9.1	-8.3	-8.1	-14.3	-14.1	-11.1	-10.6	-9.6	-8.7	-7.7
Total dos donativos	7.4	5.2	5.4	5.3	5.2	4.0	3.6	3.3	3.1	2.9	2.6
Saldo global, após os donativos	-5.0	-4.0	-2.8	-2.8	-9.2	-10.1	-7.5	-7.3	-6.5	-5.8	-5.0
Saldo primário interno, antes dos donativos	-2.8	-1.0	0.9	0.9	-3.0	-2.9	-0.9	0.1	0.7	1.1	1.7
Financiamento externo (incl. alívio da dívida)	3.5	3.3	7.0	5.8	9.2	9.4	6.4	6.1	5.6	5.1	4.7
Financiamento interno líquido	1.5	0.7	-3.0	-3.0	-0.1	1.2	1.1	1.2	0.8	0.7	0.4
Privatização	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Total da dívida pública ²	37.5	41.1	53.1	52.3	56.5	56.8	60.9	61.8	61.5	60.3	59.1
Da qual: externa	31.2	35.5	44.2	43.5	49.2	48.4	51.1	52.0	52.1	51.4	50.8
Da qual: interna	6.3	5.6	8.9	8.8	7.3	8.4	9.8	9.8	9.4	9.0	8.2
(Milhões de USD, salvo indicação em contrário)											
Conta corrente externa, antes dos donativos	-3,922	-7,023	-6,523	-6,352	-8,592	-7,119	-9,040	-10,238	-10,382	-14,484	-16,408
Conta corrente externa, após os donativos	-3,059	-6,484	-6,048	-5,893	-8,007	-6,655	-8,596	-9,776	-9,901	-13,988	-15,895
Balança de pagamentos global	323	177	390	396	400	150	250	375	660	64	759
Reservas internacionais líquidas (fim de período) ³	2,239	2,605	2,996	2,996	3,397	3,147	3,398	3,773	4,433	4,496	5,255
Reservas internacionais brutas (fim de período) ³	2,428	2,799	3,192	3,192	3,591	3,340	3,555	3,893	4,516	4,544	5,267
Meses de import. projetadas de bens e serviços não faturiais	2.4	2.7	2.5	2.8	2.6	2.6	2.5	2.6	2.3	2.1	2.4
Meses de import. projet. de bens e serviços não faturiais, excl. megaprojetos	3.0	4.0	4.2	3.9	4.4	3.9	4.0	4.0	4.3	4.0	4.2

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Líquida dos pedidos de reembolso do IVA verificados.

² A linha de crédito não concessional do governo português é incluída na dívida externa, conforme a definição da ASD. As projeções da dívida interna incluem a titularização planeada dos atrasados de reembolso do IVA em 2015, no montante de MT 8 mil milhões.

³ Inclui os desembolsos de recursos do FMI no âmbito da ESF e a afetação de DSE de agosto de 2009.

Quadro 2. Moçambique: Finanças Públicas, 2011-15

(Mil milhões de meticais)

	2011	2012	2013	2014	
	Efet.	Efet.	Est.	CR 14/148	Proj. rev.
Total da receita ¹	75.8	94.8	126.6	144.0	144.0
Receitas fiscais	66.2	80.9	107.6	123.1	123.2
Rendimento e lucros	24.9	36.8	55.8	57.2	57.2
<i>Do qual: imposto sobre mais-valias</i>	...	5.0	18.6	16.1	16.1
Bens e serviços ¹	33.0	33.3	38.3	49.4	49.4
Comércio internacional	6.7	7.6	10.0	10.8	10.8
Outros	1.5	3.2	3.5	5.7	5.7
Receitas não fiscais	9.6	14.0	19.0	20.8	20.8
Total da despesa e concessão líquida de empréstimos	122.8	133.1	164.2	219.5	220.6
Despesas correntes	68.5	78.3	92.6	123.1	126.9
Remuneração de empregados	35.7	41.5	49.5	57.9	58.4
Bens e serviços ¹	12.1	15.1	20.4	37.4	41.6
<i>Do qual: Segurança marítima</i>	10.2	10.2
Juros sobre a dívida pública	3.6	4.1	4.0	7.0	6.1
Interna	2.6	2.9	2.2	3.7	3.5
Externa	1.0	1.2	1.7	3.3	2.6
Pagamentos de transferências	17.2	17.5	18.8	20.7	20.8
Despesas de capital	50.6	50.4	61.6	83.8	76.1
Com financiamento interno	20.3	24.7	33.6	43.1	40.0
Com financiamento externo	30.3	25.6	28.0	40.7	36.1
Concessão líquida de empréstimos	3.7	4.5	10.0	12.7	17.5
Com financiamento interno	0.4	-0.4	-0.3	0.8	0.8
Empréstimos às empresas públicas com financiamento externo	3.3	4.9	10.3	11.8	16.7
Receitas (+) despesas (-) sem afetação ²	-0.8	-0.4	-0.5	0.0	2.5
Saldo primário interno, antes dos donativos, acima da linha ³	-10.7	-4.1	4.2	-16.0	-15.2
Saldo global, antes dos donativos	-47.8	-38.7	-38.1	-75.6	-74.1
Donativos recebidos	28.6	21.9	24.9	27.2	20.9
Apoio a projetos	16.4	13.3	18.5	18.8	14.0
Projetos de investimento	6.7	7.3	9.9	9.1	7.5
Programas especiais	9.7	6.0	8.6	9.7	6.5
Financiamento direto	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Apoio ao orçamento	12.3	8.7	6.4	8.4	6.9
Saldo global, após os donativos	-19.2	-16.8	-13.1	-48.4	-53.2
Financiamento externo líquido	13.5	13.8	27.1	48.8	49.3
Desembolsos	14.6	15.4	29.6	52.6	53.2
Projetos	10.5	6.7	12.2	21.6	22.1
Apoio não relacionado a projetos	4.1	8.7	17.5	20.1	20.1
Empréstimos às empresas públicas	3.3	4.9	10.3	11.8	16.7
<i>Do qual: não concessionais</i>	1.5	2.3	0.8	1.9	4.1
Apoio ao orçamento	0.8	3.9	7.2	8.2	3.4
Outros desembolsos	10.9	10.9
Amortização em dinheiro	-1.1	-1.6	-2.5	-3.9	-3.9
Financiamento interno líquido	5.7	2.9	-13.9	-0.4	6.4
<i>Do qual: atrasados do IVA</i>	2.4	0.2	3.5	2.6	2.6
Crédito líquido ao governo (definição do programa)	3.3	2.7	-17.4	-3.0	3.8
<i>Por memória:</i>					
Saldo global, excl. receitas extraordinárias	-31.7	-64.5	-69.2
Fluxos brutos da ajuda	41.7	35.1	48.3	58.1	50.3
Apoio ao orçamento	13.1	12.5	13.6	16.6	10.4
Apoio não relacionado ao orçamento	28.6	22.6	40.1	50.3	48.7
Apoio a projetos	26.9	20.0	30.7	40.4	36.1
Empréstimos concessionais às empresas públicas	1.8	2.6	9.4	9.9	12.6

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ A apresentação do IVA foi alterada para uma base líquida (cobrança menos pedidos de reembolso).

² Discrepância residual entre fontes e usos identificados de recursos.

Quadro 4. Moçambique: Síntese Monetária, 2012-15

(Mil milhões de meticais, salvo indicação em contrário)

	2012	2013	2014				2015				
	Act.	Act.	Q1 Act.	Q2 Act.	Q3 Act.	Q4 CR14/148 Proj.	Q1 Proj.	Q2 Proj.	Q3 Proj.	Q4 Proj.	
Bank of Mozambique											
Net foreign assets (US\$ billions)	73.1	85.7	95.6	94.8	91.3	103.1	92.5	88.9	91.4	96.8	103.3
Net international reserves (US\$ billions)	2.5	2.8	3.0	3.0	2.9	3.3	3.0	2.8	2.9	3.0	3.2
Net domestic assets	-32.0	-38.1	-50.3	-45.0	-38.5	-47.5	-35.9	-35.0	-31.6	-33.7	-36.3
Credit to government (net)	-27.6	-45.7	-63.1	-60.8	-52.7	-48.6	-45.7	-49.0	-55.0	-58.8	-46.7
Credit to banks (net)	-12.7	-10.0	-3.0	-0.5	-6.9	2.0	-8.1	-2.3	8.0	6.0	-4.5
Credit to the economy	1.3	1.3	1.4	1.7	1.5	1.3	1.3	1.4	1.7	1.5	1.3
Other items (net; assets +)	6.9	16.2	14.4	14.6	19.7	-2.1	16.5	14.8	13.7	17.6	13.6
Reserve money	41.1	47.5	45.3	49.8	52.8	55.6	56.6	53.9	59.9	63.1	67.0
Currency in circulation	26.2	30.4	27.3	31.3	33.4	36.1	36.0	32.4	37.2	39.8	42.8
Currency outside banks	19.7	22.7	21.4	25.0	26.7	27.4	26.5	25.0	29.2	30.9	30.9
Currency in Banks (Cash in Vault)	6.6	7.6	5.9	6.3	6.8	8.8	9.5	7.5	8.1	9.0	11.9
Bank deposits in BM	14.8	17.2	18.0	18.5	19.4	21.0	20.6	21.4	22.6	23.3	24.2
Commercial Banks											
Net foreign assets (Millions of U.S. dollars)	21.3	14.3	11.4	12.4	11.8	21.2	20.7	21.1	21.5	20.5	31.9
Net domestic assets	143.9	178.1	182.8	191.2	198.1	207.9	208.6	210.1	220.5	230.7	241.5
Banks' reserves	22.2	24.3	23.3	23.4	26.6	29.7	30.1	28.9	30.7	32.2	36.1
Credit to BM (net)	12.3	10.1	3.2	2.8	3.9	-2.0	8.1	2.3	-8.0	-6.0	4.5
Credit to government (net)	27.5	31.7	37.6	37.3	35.7	22.9	25.6	33.0	30.5	33.0	33.0
Credit to the economy	116.5	150.3	156.7	168.0	173.4	180.3	181.6	188.2	200.4	206.1	214.6
Other items (net; assets +)	-34.5	-38.3	-37.9	-40.2	-41.4	-23.0	-36.7	-42.2	-33.1	-34.6	-46.7
Deposits	165.3	192.4	194.1	203.5	209.9	229.1	229.2	231.1	242.0	251.2	273.5
Demand and savings deposits	108.4	122.0	121.3	131.7	137.3	145.0	145.3	142.5	154.6	159.6	172.9
Time deposits	56.8	70.4	72.9	70.5	72.7	84.2	83.9	88.6	87.5	91.6	100.6
Monetary Survey											
Net foreign assets (US\$ billions)	94.4	100.0	107.0	107.1	103.2	124.3	113.1	110.0	112.9	117.3	135.2
Net domestic assets	91.6	116.5	109.4	121.7	134.6	132.2	142.6	146.1	158.3	164.7	169.1
Domestic credit	117.7	137.6	132.5	146.2	157.9	157.3	162.8	173.5	177.6	181.8	202.2
Credit to government (net)	-0.1	-14.0	-25.5	-23.4	-17.0	-25.8	-20.1	-16.0	-24.5	-25.8	-13.8
Credit to the economy	117.8	151.7	158.0	169.6	174.9	183.1	182.9	189.5	202.1	207.6	215.9
Cred. economy in foreign currency	28.8	34.4	34.2	35.5	34.1	37.9	37.9	40.9	41.9	45.7	44.0
Other items (net; assets +)	-26.1	-21.2	-23.1	-24.5	-23.2	-25.2	-20.2	-27.4	-19.4	-17.0	-33.0
Money and quasi money (M3)	186.0	216.4	216.3	228.8	237.8	256.5	255.7	256.1	271.2	282.0	304.4
Foreign currency deposits (US\$ billions)	53.3	55.6	56.1	55.7	56.1	65.1	64.9	65.6	65.2	65.7	77.5
M2	132.7	160.8	160.2	173.1	181.7	191.4	190.8	201.8	214.6	226.8	258.2
Currency outside banks	19.7	22.7	21.4	25.0	26.4	27.4	26.5	25.0	29.2	30.9	30.9
Domestic currency deposits	113.1	138.1	138.9	148.1	155.3	164.0	164.3	176.8	185.4	196.0	227.3
Memorandum Items											
Avg daily reserve money in 3rd month of quarter	40.3	46.5	45.0	48.9	52.7	54.4	55.3	53.6	58.9	62.9	65.5
12-month percent change	21.1	15.4	18.3	20.2	22.1	17.0	19.0	19.0	20.3	19.4	18.5
Avg daily currency in 3rd month of quarter	25.0	28.9	27.1	30.1	32.5	34.4	34.3	32.2	35.8	38.7	40.7
12-month percent change	18.0	15.7	22.4	22.8	26.4	19.0	18.6	18.9	19.0	19.0	18.9
NCG stock (prog def.)	-9.8	-27.2	-40.4	-35.5	-31.6	-30.2	-24.6	-20.5	-26.5	-30.3	-18.2
NCG flow (prog def.) cum from end-year	2.9	-17.4	-13.2	-8.2	-4.4	-3.0	2.6	4.1	-1.9	-5.7	6.4
12-month percent change											
Reserve money	19.7	15.7	20.2	21.1	21.7	17.0	19.0	19.0	20.3	19.4	18.5
Currency in circulation	19.8	15.7	22.4	22.8	26.4	19.0	18.6	18.9	19.0	19.0	18.9
Currency outside banks	12.5	15.5	22.1	23.5	30.3	20.4	16.5	16.7	16.9	15.6	16.8
Currency in banks	48.8	16.1	23.5	20.3	13.0	14.7	24.9	26.5	27.3	32.5	24.8
Bank reserves	19.6	15.8	16.9	18.2	14.3	22.1	19.7	19.2	22.5	20.0	17.8
M2	25.6	21.2	24.5	25.4	24.8	19.0	18.6	18.9	19.0	19.0	18.9
Domestic deposits	28.1	22.2	24.9	25.8	24.2	18.8	19.0	19.2	19.3	19.4	19.2
M3	29.4	16.3	17.7	20.5	18.4	18.5	18.1	18.4	18.5	18.6	19.0
Credit to the economy	19.9	28.7	27.4	27.8	20.8	20.7	20.6	19.9	19.2	18.7	18.0
Money multiplier (M2/reserve money)	3.23	3.38	3.54	3.48	3.44	3.44	3.37	3.54	3.44	3.43	3.38
Velocity (GDP/M2)	3.20	2.93	2.76	2.76	2.62
Nominal GDP	424	470	526	526	526	528	526	595	595	595	595
Nominal GDP growth	10.2	10.9	11.9	11.9	11.9	14.4	11.9	13.1	13.1	13.1	13.1
Policy lending rate (end-of-period)	9.5	8.3	8.3	8.3	8.3
T-bill 91 days rate	2.6	5.2	5.2	5.3	5.4

Sources: Bank of Mozambique; and IMF staff estimates and projections.

Quadro 5. Moçambique: Balança de Pagamentos, 2012-19

(Milhões de USD, salvo indicação em contrário)

	2011	2012	2013		2014		2015	2016	2017	2018	2019
	Efet.	Est.	CR/14/148	Est.	CR/14/148	Proj.					
Saldo da conta corrente	-3,059	-6,484	-6,048	-5,893	-8,007	-6,655	-8,596	-9,776	-9,901	-13,988	-15,895
<i>Balança comercial de bens</i>	-2,249	-4,048	-4,393	-4,357	-4,990	-4,594	-6,010	-6,800	-5,967	-7,373	-8,099
<i>Da qual: Megaprojetos</i>	468	75	110	263	-40	567	-733	-1,201	79	-884	-1,178
Exportações, FOB	3,118	3,856	4,179	4,123	4,920	4,610	4,958	5,367	6,780	7,940	8,437
Megaprojetos	2,015	2,219	2,430	2,197	3,071	2,604	2,675	2,908	4,061	4,941	5,138
Outras	1,103	1,637	1,749	1,925	1,849	2,006	2,284	2,460	2,718	2,999	3,299
Importações, FOB	-5,368	-7,903	-8,572	-8,480	-9,910	-9,204	-10,969	-12,167	-12,747	-15,313	-16,536
Megaprojetos	-1,547	-2,143	-2,319	-1,934	-3,111	-2,037	-3,407	-4,109	-3,982	-5,825	-6,316
Outras	-3,820	-5,760	-6,252	-6,546	-6,799	-7,167	-7,562	-8,059	-8,765	-9,488	-10,219
<i>Balança comercial de serviços</i>	-1,482	-3,273	-2,969	-2,802	-3,950	-3,230	-3,196	-3,390	-3,831	-6,156	-6,993
<i>Balança de rendimentos</i>	-190	7	13	-52	-176	-162	-246	-474	-1,030	-1,431	-1,824
<i>Da qual: Dividendos pagos pelos megaprojetos</i>	-157	0	-6	-1	-166	-127	-135	-293	-718	-978	-1,074
<i>Balança de transferências correntes</i>	863	829	1,300	1,319	1,109	1,331	857	888	926	971	1,021
<i>Da qual: Donativos externos</i>	785	538	475	460	585	464	444	462	480	496	513
Conta de capital e financeira	3,041	6,484	6,388	5,893	8,407	6,655	8,596	9,776	9,901	13,988	15,895
<i>Conta de capital</i>	432	456	371	486	583	560	611	661	717	774	835
<i>Conta financeira</i>	2,610	6,028	6,017	5,407	7,824	6,096	7,985	9,115	9,185	13,214	15,060
Investimento direto estrangeiro líquido	2,599	5,215	5,055	5,935	4,883	4,230	4,833	4,952	5,015	5,962	7,856
Endividamento externo líquido do governo geral	531	546	1,017	1,055	1,776	1,673	1,162	1,150	1,184	1,145	1,254
Endiv. externo líquido do setor privado não financeiro	-39	516	-99	148	902	411	1,845	2,902	3,396	5,810	6,203
Outros ¹	-482	-249	44	-1,732	264	-218	145	111	-409	296	-254
Erros e omissões líquidos	17	-87	50	49	0	0	0	0	0	0	0
Saldo global	323	177	390	396	400	150	250	375	660	64	759
Financiamento externo	-323	-177	-390	-396	-400	-150	-250	-375	-660	-64	-759
Ativos de reserva ¹	-321	-273	-387	-393	-397	-147	-214	-338	-623	-27	-723
Uso líquido do crédito	-2,1	-4,3	-3,0	-3,0	-3,0	-3,0	-36,0	-37,2	-36,7	-36,3	-35,5
<i>Da qual: Uso líquido do crédito do FMI</i>	-2,3	-2,2	-3,0	-3,0	-3,0	-3,0	-36,0	-37,2	-36,7	-36,3	-35,5
Financiamento excepcional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Por memória:</i>											
Conta corrente (percentagem do PIB)	-23,1	-43,6	-39,5	-37,7	-46,9	-39,4	-45,7	-46,8	-42,5	-53,8	-54,9
Excl. donativos externos	-29,0	-47,2	-42,6	-40,7	-50,3	-42,2	-48,0	-49,0	-44,6	-55,7	-56,7
Ativos externos líquidos	2,082	2,349	2,739	2,745	2,221	2,056	2,305	2,680	3,340	3,404	4,163
Reservas internacionais líquidas ¹	2,239	2,605	2,996	2,996	3,397	3,147	3,398	3,773	4,433	4,496	5,255
Reservas internacionais brutas ^{1,2}	2,428	2,799	3,192	3,192	3,591	3,340	3,555	3,893	4,516	4,544	5,267
Meses de import. projetadas de bens e serviços não fatoriais	2,4	2,7	2,5	2,8	2,6	2,6	2,5	2,6	2,3	2,1	2,4
Meses de import. proj. de b/s (excl. import. dos megaprojetos)	3,0	4,0	4,2	3,9	4,4	3,9	4,0	4,0	4,3	4,0	4,2
Percentagem da massa monetária (M2)	62,7	62,7	59,4	59,7	59,5	54,5	50,3	48,8	50,1	44,5	45,8

Fontes: Dados do Governo de Moçambique e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Inclui o investimento de carteira líquido e outros ativos de² O rácio em relação à dívida de curto prazo não é apresentado por uma questão de disponibilidade de dados.

Quadro 6. Moçambique: Indicadores de Solidez Financeira do Sector Bancário, 2008-14

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Junho 2014
Adequação dos fundos próprios							
Capital regulamentar/ativos ponderados pelo risco	13.9	15.1	14.4	17.1	17.9	16.9	15.9
Capital regulamentar Tier 1/ativos ponderados pelo risco	12.4	13.0	13.7	16.1	16.9	16.0	14.5
Capital (património líquido)/ativos	7.5	7.7	8.0	9.0	9.5	9.5	10.1
Composição e qualidade dos ativos							
Empréstimos em moeda estrangeira/total de empréstimos	32.8	32.4	29.5	25.1	28.1	21.9	22.1
Empréstimos mal parados/empréstimos brutos ¹	1.9	1.8	1.9	2.6	3.2	2.9	3.3
Empréstimos mal parados líquidos de provisões/capital ¹	2.5	5.9	5.6	6.6	6.8	4.5	6.8
Lucros e rentabilidade							
Rentabilidade dos ativos	3.5	3.0	2.6	2.5	1.9	2.0	2.2
Rentabilidade do capital	44.7	36.6	32.9	26.5	19,6	21.0	23.0
Margem de juros/rendimentos brutos	58.8	55.7	59.4	64.9	58.9	55.6	57.3
Despesas líquidas de juros/rendimentos brutos	58.7	58.4	59.7	61.3	66.1	65.3	62.9
Despesas de pessoal/despesas não financeiras	45.1	45.9	45.5	47.1	49.1	47.6	48.1
Rendimento de tarifas e negócios/rendimento bruto	40.5	44.3	23.8	17.2	19.5	17.0	19.2
Financiamento e liquidez							
Ativos líquidos/ativos totais ²	36.2	27.9	22.4	27.8	33.4	30.7	28.3
Depósitos de clientes/total de empréstimos (não interbancários)	165.7	138.2	131.2	131.6	143.8	132.5	123.7

Fonte: Banco de Moçambique (BM).

¹ Os empréstimos mal parados anteriores a 2014 são definidos conforme as normas contabilísticas moçambicanas (incluem apenas parte dos empréstimos em mora).

² Inclui os depósitos nas instituições-mãe.

Quadro 3. Moçambique: Finanças Públicas, 2011-19

	2011	2012	2013	2014		2015	2016	2017	2018	2019
	Efet.	Efet.	Est.	CR 14/148	Proj. rev.	Projeções				
	(Percentagem do PIB)									
Total da receita ¹	19.7	22.4	26.9	27.3	27.3	25.4	25.5	25.6	25.7	25.9
Receitas fiscais	17.2	19.1	22.9	23.3	23.4	21.6	21.7	21.8	21.9	22.1
Receitas não fiscais	2.5	3.3	4.0	3.9	4.0	3.8	3.8	3.8	3.8	3.8
Total da despesa e concessão líquida de empréstimos	31.9	31.4	34.9	41.6	41.9	36.4	36.0	35.2	34.3	33.6
Despesas correntes	17.8	18.5	19.7	23.3	24.1	20.4	20.0	19.5	18.9	18.5
Remuneração de empregados	9.3	9.8	10.5	11.0	11.1	10.7	10.2	9.8	9.5	9.1
Bens e serviços ¹	3.1	3.6	4.3	7.1	7.9	4.6	4.4	4.1	3.8	3.8
Do qual: Segurança marítima	1.9	1.9
Juros sobre a dívida pública	0.9	1.0	0.8	1.3	1.2	1.2	1.5	1.6	1.6	1.6
Pagamentos de transferências	4.5	4.1	4.0	3.9	4.0	4.0	4.0	4.0	4.0	4.0
Despesas de capital	13.1	11.9	13.1	15.9	14.5	13.9	13.4	12.2	12.1	11.7
Com financiamento interno	5.3	5.8	7.1	8.2	7.6	6.9	6.7	6.9	7.2	7.2
Com financiamento externo	7.9	6.0	6.0	7.7	6.9	7.0	6.7	5.3	4.9	4.5
Concessão líquida de empréstimos	1.0	1.1	2.1	2.4	3.3	2.1	2.6	3.5	3.4	3.4
Com financiamento interno	0.1	-0.1	-0.1	0.2	0.2	0.2	0.2	0.1	0.1	0.1
Empréstimos às empresas públicas com financ. externo	0.8	1.1	2.2	2.2	3.2	2.0	2.5	3.3	3.2	3.3
Receitas (+) despesas (-) sem afetação ²	-0.2	-0.1	-0.1	0.0	0.5	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Saldo primário interno, antes dos donativos, acima da linha ³	-2.8	-1.0	0.9	-3.0	-2.9	-0.9	0.1	0.7	1.1	1.7
Saldo global, antes dos donativos	-12.4	-9.1	-8.1	-14.3	-14.1	-11.1	-10.6	-9.6	-8.7	-7.7
Donativos recebidos	7.4	5.2	5.3	5.2	4.0	3.6	3.3	3.1	2.9	2.6
Projetos	4.3	3.1	3.9	3.6	2.7	2.9	2.7	2.5	2.3	2.2
Projetos de investimento	1.7	1.7	2.1	1.7	1.4	1.3	1.2	1.1	1.0	1.0
Programas especiais	2.5	1.4	1.8	1.8	1.2	1.1	1.3	1.3	1.2	1.1
Apoio ao orçamento	3.2	2.0	1.4	1.6	1.3	0.7	0.6	0.6	0.5	0.5
Saldo global, após os donativos	-5.0	-4.0	-2.8	-9.2	-10.1	-7.5	-7.3	-6.5	-5.8	-5.0
Financiamento externo líquido	3.5	3.3	5.8	9.2	9.4	6.4	6.1	5.6	5.1	4.7
Desembolsos	3.8	3.6	6.3	10.0	10.1	7.1	7.4	7.1	6.6	6.4
Projetos	2.7	1.6	2.6	4.1	4.2	4.1	4.0	2.8	2.5	2.3
Apoio não relacionado a projetos	1.1	2.1	3.7	3.8	3.8	3.0	3.4	4.3	4.1	4.1
Empréstimos às empresas públicas	0.8	1.1	2.2	2.2	3.2	2.0	2.5	3.3	3.2	3.3
Apoio ao orçamento	0.2	0.9	1.5	1.6	0.7	1.0	1.0	0.9	0.8	0.8
Outros desembolsos	2.1	2.1
Amortização em dinheiro	-0.3	-0.4	-0.5	-0.7	-0.7	-0.7	-1.4	-1.4	-1.5	-1.7
Financiamento interno líquido	1.5	0.7	-3.0	-0.1	1.2	1.1	1.2	0.8	0.7	0.4
<i>Por memória:</i>										
Saldo global, excl. receitas extraordinárias	-6.7	-12.2	-13.2
Fluxos brutos da ajuda	11.2	8.4	10.3	11.0	9.5	9.4	8.3	7.5	6.7	6.3
Apoio ao orçamento	3.4	3.0	2.9	3.1	2.0	2.7	2.3	2.0	1.8	1.6
Apoio não relacionado ao orçamento	7.8	5.4	8.5	9.5	9.2	8.0	7.2	5.9	5.2	5.0
Apoio a projetos	7.0	4.7	6.5	7.7	6.9	6.5	5.9	4.7	4.2	4.1
Empréstimos concessionais às empresas públicas	0.8	0.7	2.0	1.9	2.4	1.5	1.3	1.1	1.0	0.9
PIB nominal	385	424	470	528	526	595	680	774	882	1002

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ A apresentação do IVA foi alterada para uma base líquida (cobrança menos pedidos de reembolso).

² Discrepância residual entre fontes e usos identificados de recursos.

Apêndice I. Carta de Intenções

Maputo, Moçambique
12 de dezembro de 2014

Sra. Christine Lagarde
Diretora-Geral
Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431
EUA

Senhora Diretora-Geral:

O Governo de Moçambique solicita a conclusão da terceira avaliação do programa ao abrigo do Instrumento de Apoio à Política Económica (PSI) e a modificação de três critérios de avaliação e uma meta indicativa referente a dezembro de 2014 de modo a refletir a continuação das tendências observadas em setembro: aumento da procura por moeda em circulação, variações de valor das reservas e a elevação das necessidades de financiamento do governo relacionadas ao Acordo sobre a Cessação das Hostilidades Militares firmado em setembro de 2014, entre outros fatores.

Solicitamos também: i) a fixação dos critérios de avaliação e metas indicativas referentes ao fim de junho de 2015, bem como das metas indicativas referentes ao fim de março, fim de setembro e fim de dezembro de 2015; ii) a reprogramação dos indicadores de referência estruturais existentes e a fixação de novos indicadores de referência estruturais referentes a 2015, de modo a refletir, em parte, os atrasos na implementação dos indicadores de referência anteriores. Em apoio a este pedido, transmitimos o Memorando de Política Económica e Financeira (MPEF) anexo, que avalia a implementação do programa apoiado pelo PSI atual e estabelece os objetivos de política e os critérios de avaliação e metas indicativas para o curto e médio prazos.

O objetivo do programa económico do governo é manter a estabilidade macroeconómica, promover o crescimento inclusivo através do investimento público e do fomento ao emprego produtivo e reduzir a pobreza.

O Governo acredita que as políticas delineadas no MPEF são suficientes para o alcance dos objetivos do programa PSI. Estamos prontos para tomar quaisquer medidas adicionais que venham a ser necessárias para alcançar os nossos objetivos em matéria de políticas.

O Governo consultará o FMI sobre a adoção destas medidas — por iniciativa própria ou mediante solicitação da Diretora-Geral — sempre que haja necessidade de revisões nas políticas que constam do MPEF anexo, em conformidade com as políticas do FMI relativamente a estas consultas.

O governo transmitirá ao FMI todas as informações de que este venha a necessitar para avaliar o progresso efetuado na implementação das políticas económicas e financeiras e no alcance dos objetivos do programa.

O Governo autoriza o FMI a publicar a presente Carta de Intenções, os seus anexos e o respetivo relatório do corpo técnico.

Com os nossos melhores cumprimentos,

/s/

Manuel Chang
Ministro das Finanças

/s/

Ernesto Gouveia Gove
Governador
Banco de Moçambique

Anexos: Memorando de Política Económica e Financeira
Memorando Técnico de Entendimento

Anexo 1. Memorando de Política Económica e Financeira (MPEF)

12 de dezembro de 2014

1. Este MPEF i) descreve a evolução económica recente e o desempenho no âmbito do programa económico do governo ao abrigo do PSI trienal até à presente data e ii) pormenoriza as intenções em matéria de políticas económicas e estruturais. Ele está assente sobre o MPEF subjacente à Segunda Avaliação do PSI, de abril de 2014.

I. EVOLUÇÃO ECONÓMICA RECENTE E DESEMPENHO NO ÂMBITO DO PROGRAMA

2. **A economia moçambicana permanece vigorosa e foi pouco afetada, até ao momento, pelo enfraquecimento da economia mundial.**

- O **crescimento económico** continua forte. Durante o primeiro semestre de 2014, o crescimento foi estimado em 7,2% em comparação com o período homólogo, moderado por um desempenho ligeiramente abaixo do projetado na indústria extrativa (produção de carvão) e transportes devido a alguns constrangimentos no sistema ferroviário, embora a indústria extrativa figure entre os setores com as mais altas taxas de crescimento. Os outros setores principais em termos de crescimento foram os serviços financeiros, as manufaturas e os restaurantes e hotéis.
- **Inflação e política monetária.** A inflação permaneceu baixa ao longo do ano, com uma taxa anual de 1,3% em outubro, bem inferior à do período homólogo de 2013. Os fatores que contribuíram foram a não variação dos preços administrados, o aumento da oferta interna de alimentos e o declínio dos preços dos produtos primários nos mercados internacionais. Apesar da ultrapassagem da meta para a reserva monetária referente a junho de 2014 devido, em grande medida, a flutuações inesperadas da circulação monetária, houve uma desaceleração perceptível da expansão do crédito de um ano para o seguinte, de 35,4% em setembro de 2013 para 20,8% em setembro de 2014.
- **Taxa de câmbio:** De modo geral, a taxa de câmbio efetiva real do metical permaneceu estável ao longo de 2014, apesar de uma ligeira desvalorização nominal face ao dólar americano e uma valorização frente ao rand sul-africano. Tal estabilidade deveu-se ao aumento da disponibilidade de divisas no mercado. O Banco de Moçambique (BM) continuou a garantir que houvesse divisas disponíveis para a importação de itens essenciais, como combustíveis, além de suavizar volatilidades temporárias do câmbio.
- **Conta corrente externa:** No primeiro semestre de 2014, o défice da conta corrente diminuiu em 15%, para USD 2,6 mil milhões (em relação ao período homólogo do ano passado) graças a uma redução substancial das importações (7,5%), em linha com o abrandamento das atividades de investimento dos megaprojetos. Ao mesmo tempo, as receitas das exportações caíram 8,4%, para USD 1,8 mil milhões (dos quais USD 1,1 mil milhões correspondiam aos megaprojetos),

devido à queda dos preços das matérias-primas, quer para as exportações tradicionais, quer para as exportações dos megaprojetos, como o alumínio (9%) e o carvão (16%).

- **Execução orçamental**

- A cobrança de receitas nos primeiros nove meses de 2014 ascendeu a 20,8% do PIB, mais de quatro pontos percentuais do PIB acima do registado no período homólogo do ano anterior. Além do imposto sobre mais-valias cobrado em março (USD 523 milhões, em torno de 3,1% do PIB), a maioria das categorias teve desempenho melhor relativamente ao PIB do que há um ano. Não obstante, a meta indicativa do programa deixou de ser cumprida por uma pequena margem.
- As despesas até setembro de 2014 montaram a 26,8% do PIB, 2,6 pontos percentuais acima do registado há um ano, com as despesas correntes liderando esta aceleração por meio de, sobretudo, aumentos na massa salarial e gastos com bens e serviços. Embora a execução das despesas de capital tenha ultrapassado a de 2013, alcançando 1,4% da projeção do PIB para 2014, este desempenho deveu-se principalmente a investimentos financiados internamente, pois as taxas de execução das despesas de capital com financiamento externo e os empréstimos líquidos mantiveram-se abaixo dos níveis de 2013 em decorrência do financiamento externo inferior ao programado.
- O déficit orçamental antes dos donativos cifrou-se em 5,3% do PIB até ao fim de setembro, financiado por meio de uma combinação de donativos (3,2% do PIB) e financiamento externo (2,8% do PIB), permitindo ao governo acumular depósitos (líquidos) (0,7% do PIB).
- **IDE, desembolsos de ajuda financeira/empréstimos, reservas.** Os fluxos de IDE para o país mais do que dobraram nos primeiros seis meses de 2014 em comparação com o período homólogo do ano anterior, o que está relacionado principalmente aos atuais investimentos no setor da mineração, sobretudo de gás e carvão. Ademais, o país beneficiou de receitas extraordinárias da venda de ações das empresas do setor de gás natural. Isto reforçou as reservas internacionais, elevando-as a níveis sem precedentes, de USD 3,1 mil milhões até ao fim de setembro de 2014 (cerca de 4,4 meses das importações correntes de bens e serviços não fatoriais, excluindo os megaprojetos).

3. Desempenho no âmbito do programa

- **Os critérios de avaliação (CA) definidos até junho foram todos cumpridos, com uma única exceção** (Quadro 1). O CA referente à base monetária foi ultrapassado por uma pequena margem, sobretudo em virtude de uma elevação acima do programado da moeda em circulação.
- **O desempenho das metas indicativas (MI) referentes a setembro teve altos e baixos, com o cumprimento de três das oito metas (Quadro 1). Três metas deixaram de ser cumpridas por pequenas margens:** base monetária, devido à grande e persistente elevação da moeda em circulação, gastos prioritários e receitas públicas, que ficaram ligeiramente abaixo das respetivas

metas. **Uma meta foi descumprida por motivos técnicos;** o fortalecimento do dólar americano frente a alguns componentes em outras moedas do cabaz de reservas internacionais líquidas (RIL) provocou perdas de valor, embora a acumulação de reservas subjacente tenha mantido a trajetória correta. **Uma meta deixou de ser cumprida por uma margem considerável:** o crédito líquido ao governo, devido aos gastos adicionais inesperados necessários para implementar o acordo de paz e estabilidade política firmado em setembro de 2014, fazer face a despesas com bens e serviços acima do esperado relacionados às eleições e cobrir aumentos da massa salarial e transferências correntes.

- **O desempenho dos indicadores de referência estruturais teve altos e baixos, com apenas três dos sete indicadores sendo cumprido dentro do prazo. Três outros precisaram de ser reprogramados, com os seus prazos sendo estendidos em três a nove meses, enquanto outro indicador já não era mais passível de ser alcançado (Quadro 3).** Conforme explicado no parágrafo 17 adiante, os indicadores referentes ao Plano Integrado de Investimentos (PII) não poderão ser atingidos no futuro próximo devido a constrangimentos em termos de assistência técnica e limitações de capacidade; sugerimos algumas ações corretivas. Os indicadores de referência estruturais referentes ao pagamento de impostos através dos bancos, à eliminação dos reembolsos do IVA em atraso e à criação de um registo de garantias móveis precisam de ser reprogramados.

II. POLÍTICAS MACROECONÓMICAS

A. Objetivos Económicos

4. Perspetivas económicas para 2014–19. Prevemos um crescimento económico vigoroso no médio prazo, refletindo os grandes investimentos em infraestrutura e a forte expansão do setor de mineração e hidrocarbonetos, assente na recuperação da economia mundial e nos mercados de matérias-primas. Contudo, existe um risco de deterioração desta conjuntura caso persista o atual enfraquecimento dos mercados mundiais de matérias-primas.

5. Crescimento do PIB. A economia deve crescer 7,5% em 2014 e 7,7% em 2015, em consequência do crescimento vigoroso dos setores de serviços financeiros, eletricidade, construção, e transportes e comunicações. O aumento esperado da produção agrícola para a colheita de 2014/2015 está sujeito a riscos climáticos relacionados a secas e níveis de precipitação acima do normal. A conclusão dos novos investimentos em transportes até 2015, como os caminhos-de-ferro de Nacala, o aeroporto de Nampula e a reforma da linha de Sena, permitiriam elevar a produção e exportação de carvão ao longo dos próximos anos, com base no pressuposto de que as condições nos mercados mundiais do produto melhorem. No médio prazo, a implementação de outros projetos de infraestrutura, o desenvolvimento da liquefação do gás natural, as respetivas atividades nas áreas de transportes, comunicações e construção, além da continuação do forte desempenho em outros setores, devem manter o crescimento da economia em um ritmo médio de 7% a 8% ao ano.

6. Inflação. À luz da inflação baixa registada até ao momento neste ano, as projeções indicam taxas de inflação média e homóloga de 2,6% e 3,0%, respetivamente. A inflação no período 2015–17

deve aumentar um pouco até ao nosso objetivo de médio prazo de uma inflação média anual de 5% a 6% ao ano.

7. Conta corrente externa. A evolução da balança de pagamentos nos anos vindouros (2015–19) continuará a ser determinada pelos grandes investimentos em projetos de recursos naturais. O défice da conta corrente deve deteriorar-se por conta das importações de máquinas, equipamentos e serviços para os megaprojetos. Assim, esperamos um rácio de cobertura das reservas de cerca de 2,4 meses e 4,0 meses das importações de bens e serviços projetadas, incluindo e excluindo os megaprojetos, respetivamente.

B. Combinação de Políticas Macroeconómicas

8. Buscaremos manter a estabilidade macroeconómica e promover o crescimento económico sustentável e inclusivo ao reduzir gradativamente o défice orçamental após os donativos para cerca de 5% do PIB em 2019. As receitas devem registar uma média de 25,6% do PIB ao ano no período 2015–19 na ausência de mais receitas extraordinárias decorrentes da tributação de mais-valias. No médio prazo, a expansão das despesas correntes deve desacelerar e as despesas de investimento devem cair do seu nível elevado atual, com a previsão de redução do financiamento externo (sobretudo na forma de donativos). Esperamos combinar o esforço continuado de acumulação de reservas com rigor e racionalidade ainda maiores na execução das despesas públicas. A política orçamental buscará manter níveis sustentáveis de dívida, reduzir gradativamente a dependência de financiamento externo e minimizar a exposição da carteira da dívida ao risco cambial. Para além da garantia da estabilidade de preços, a política monetária criará um ambiente propício ao forte crescimento do crédito ao setor privado a fim de apoiar o investimento e a produção.

C. Política Monetária e Cambial

9. A orientação da política monetária para 2015 será moderada. O Banco de Moçambique (BM) continuará a intervir nos mercados monetário e cambial a fim de garantir um crescimento da base monetária compatível com o nosso objetivo de estabilidade de preços. O BM buscará manter o crescimento da base monetária em 18,5% em 2015, além de monitorizar os riscos e estar pronto para tornar a política monetária mais restritiva caso a inflação ultrapasse em muito a sua meta de médio prazo.

10. Continuamos comprometidos com um regime de taxa de câmbio flexível. O BM permitirá que a taxa de câmbio se ajuste livremente a padrões de evolução do comércio e dos fluxos financeiros e acompanhará de perto a evolução da taxa de câmbio efetiva real *vis-à-vis* uma variedade de moedas, com vista a assegurar a competitividade externa e um nível confortável de reservas internacionais.

11. As autoridades moçambicanas continuam empenhadas em cumprir as obrigações previstas nas Seções 2, 3 e 4 do Artigo VIII do Convénio Constitutivo do FMI. O BM continuará a acompanhar a aplicação dos novos regulamentos cambiais e das suas normas de implementação, bem como o funcionamento do mercado cambial, com vista a evitar a ocorrência de práticas

potencialmente incompatíveis com os princípios do Artigo VIII. Manteremos o corpo técnico do FMI informado de quaisquer novos desenvolvimentos que possam vir a ferir estes princípios.

D. Política Orçamental

12. Orientação da política orçamental e perspectivas para 2015. A orientação da política orçamental em 2014 é expansionista, com um défice orçamental global após os donativos que deve subir de 2,8% do PIB em 2013 para 10,6% do PIB em 2014, refletindo aumentos consideráveis dos gastos com a massa salarial e com bens e serviços, além de uma elevação dos investimentos. Como a manutenção desta orientação poderia gerar problemas no futuro, um esforço de consolidação será necessário em 2015. O ajustamento para um défice orçamental após donativos de 7,5% do PIB em 2015 será levado a cabo mediante a combinação de esforços de cobrança de receitas e contenção de despesas.

13. Orçamento de 2014 revisto

- **A Lei do Orçamento de 2014 foi alterada** após a aprovação da nova Lei Eleitoral pela Assembleia da República. Isso exigiu mais despesas para financiar as eleições de 15 de outubro (elevando o custo total orçado para as eleições para cerca de USD 136 milhões). Também foi preciso realizar mais gastos para concluir projetos de investimento que perderam apoio externo em 2013 (USD 25 milhões), e a Assembleia da República alocou mais USD 100 milhões para setores prioritários.
- Após a alteração do orçamento de 2014, a Assembleia da República aprovou a Lei 29/2014 sobre a cessação das hostilidades militares que afetaram o país, o que exigiu despesas adicionais da ordem de USD 15 milhões. Tomaremos medidas para conter outros gastos e manter-nos dentro dos limites globais fixados pelo Orçamento do Estado.

14. Perspetivas para a receita em 2015. Estamos empenhados em continuar os nossos esforços para reforçar a cobrança de receitas gradativamente, mantendo a nossa trajetória de melhoria da administração da receita no médio prazo.

15. Política de despesas para 2015. O orçamento de 2015 contribuirá para a redução da pobreza ao priorizar a alocação de recursos para a infraestrutura económica e social, o capital humano, a expansão e diversificação dos bens e serviços públicos e as reformas do setor público. Não obstante, será necessário empreender uma redução dos gastos relativamente ao PIB.

- **Política salarial.** Esperamos reduzir ligeiramente o peso da massa salarial mediante: i) uma desaceleração do ritmo de novas contratações e da criação de novas instituições na administração pública; ii) o pagamento de salários através de transferência bancária direta a fim de impedir a evasão do fundo salarial; iii) mais rigor das instituições no pagamento de horas extraordinárias e iv) a verificação do cadastro eletrónico de funcionários do Estado (e-CAF) em 2015.
- **Reforço da proteção social.** A implementação contínua do programa de Proteção Social Básica em 2015 exigirá um montante de MT 3.522,3 milhões, dos quais MT 2.339,9 milhões

serão captados internamente e MT 1.182,4 milhões virão de financiamento externo. O número de beneficiários deve aumentar em 25%, passando de 439.144 em 2014 para 550.000 em 2015.

- **Subsídios aos produtos petrolíferos.** Atualmente o Governo subsidia apenas os preços do gasóleo para consumo geral (fora dos megaprojetos, da construção, das obras públicas e de outros grandes setores consumidores), mas não outros combustíveis. O preço cheio do gasóleo é cobrado dos megaprojetos, das empresas de construção e das companhias encarregadas das estradas e caminhos-de-ferro. O montante de compensação pago aos importadores de combustíveis em 2013 correspondeu a 0,6% do PIB relativamente às vendas de combustíveis em 2012; o montante devido e pago em 2013 (principalmente sobre as vendas durante 2013) foi de 0,05% do PIB. É esperado que a recente queda dos preços dos combustíveis nos mercados internacionais contenha o montante de compensação devido aos importadores em 2015 (sobre as vendas de combustíveis durante 2014).
- **Outros subsídios.** O Governo continua a subsidiar o preço da farinha de trigo para a produção de pão, os transportes públicos e os programas de alimentação escolar. O custo dos subsídios deve chegar a 0,1% do PIB no fim de dezembro de 2014. O projeto de orçamento de 2015 contempla a sua continuação. Os subsídios aos transportes públicos e à farinha de trigo destinam-se a conter o custo de vida, ao passo que o programa de alimentação escolar aumenta a frequência escolar e a qualidade do aprendizado nas escolas.
- **Tarifas de eletricidade.** Embora não constitua uma despesa orçamental direta, no passado a tarifa de eletricidade baixa forçou o Governo a perdoar a dívida a ele devida pela empresa de eletricidade (EDM). Um estudo tarifário foi concluído e apresentado ao Conselho de Ministros, mas a aprovação das suas recomendações depende da agenda do Conselho. O contrato de desempenho da EDM está em negociação atualmente e deve ser firmado durante o primeiro trimestre de 2015.

16. Déficit e financiamento. A previsão para o déficit orçamental em 2015, antes dos donativos, é de 11,1% do PIB. Ele deve ser financiado por créditos internos de 1,1% do PIB, créditos externos de 6,4% do PIB e donativos de 3,6% do PIB. Estima-se que o déficit primário interno recue para 0,9% do PIB.

III. REFORMAS ESTRUTURAIS DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Planeamento do investimento e gestão da dívida

17. Gestão dos investimentos públicos. O indicador de referência estrutural sobre o aperfeiçoamento do Plano Integrado de Investimentos até ao fim de junho de 2014 não foi cumprido devido a constrangimentos não esperados na implementação do cronograma inicial de assistência técnica e à capacidade limitada e dificuldades na recolha e processamento de informação de um grande volume de projetos de investimento junto aos ministérios setoriais. Elaboraremos um relatório detalhado sobre os principais pontos fracos identificados, com um roteiro da implementação desta reforma. Uma versão revista do PII foi elaborada em outubro de 2014 e oferece mais informação financeira sobre os projetos de investimento para os quais já foi

assegurado financiamento, embora ela ainda seja demasiadamente parcial para embasar adequadamente a ASD e o Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP). Com vista ao futuro, o Governo fortalecerá o processo de planeamento dos investimentos como parte da implementação do quadro para o Sistema de Planeamento e Orçamentação (SPO) ao longo dos próximos anos, tirando partido do trabalho atual para desenvolver instrumentos para a conceção e seleção de projetos para inclusão no PII. Ademais, no âmbito da futura avaliação de todo o sistema de planeamento e orçamentação, tencionamos avaliar o estado dos vínculos entre os vários instrumentos, examinando, inclusive, como o PII encaixa-se no sistema. Como um primeiro passo para melhorar o processo de tomada de decisões de investimento, incluiremos nas diretrizes orçamentais a serem publicadas até maio de 2015 a exigência de que a Comissão de Avaliação de Investimentos faça uma avaliação técnica obrigatória de todos os novos projetos de investimento público de valor igual ou superior a USD 50 milhões que sejam incluídos ou estejam a ser considerados para inclusão no orçamento de 2016 e dos anos seguintes (**indicador de referência estrutural**).

18. Fortalecimento da gestão da dívida pública. Atualizamos a ASD em outubro de 2014 (inclusive com cenários do endividamento futuro e uma análise de sensibilidade). Todos os principais indicadores permanecem abaixo dos limiares críticos no cenário de base, mas estão vulneráveis a choques no IDE e na taxa de câmbio. Alargamos a cobertura da ASD e dos relatórios anuais e trimestrais de execução orçamental e da dívida pública neste ano de modo a incluir as garantias públicas. Reconciliamos o stock da dívida pública externa com os credores e atualizamos o nosso programa informático de gestão da dívida (CSDRMS2000+). Trabalharemos com uma missão de assistência técnica do FMI em dezembro na reconciliação da dívida e projeção dos perfis do serviço da dívida e de desembolso dos empréstimos. Planeamos rever a Estratégia de Gestão da Dívida até ao fim de junho de 2015.

19. Política de gestão de garantias. Com a publicação, em maio de 2014, do relatório da dívida pública de 2013, demos início à divulgação de todas as garantias públicas de dívidas e dos seus beneficiários. Estamos a desenvolver as capacidades para avaliar a probabilidade e o impacto do possível incumprimento de tais garantias. Os projetos que beneficiam destas garantias são monitorizados regularmente pelo Ministério das Finanças para minimizar o risco de incumprimento.

Gestão das finanças públicas (GFP)

20. Para repensar o processo de reforma da GFP, pretendemos criar um Fórum de Utilizadores da GFP, formado por representantes dos ministérios setoriais, províncias, setor privado e parceiros de desenvolvimento. Tal fórum se ocuparia de supervisionar, oferecer direcionamento estratégico e monitorizar o progresso da reforma, além de assegurar consultas sobre as necessidades e prioridades dos utilizadores. Estamos a trabalhar também para fortalecer o pessoal da equipa técnica dedicada à coordenação da reforma da GFP (CEDSIF), que coordenará o fórum.

21. Cobertura e acompanhamento das despesas. Esforços consideráveis foram empreendidos para alargar a cobertura do Sistema Integrado de Gestão Financeira (e-SISTAFE). Estamos empenhados em aumentar a proporção das despesas pagas através do e-SISTAFE diretamente ao beneficiário e esperamos cumprir a meta referente ao fim de 2014, de 65% do total dos gastos. O sistema deve chegar a 70% de cobertura em 2015 e 75% em 2016, o que exige a conclusão, até

ao fim de 2015,¹ da implementação geográfica do sistema, se as condições técnicas permitirem. Uma reforma importante será o início do uso do e-SISTAFE também para registrar, em tempo real, a cabimentação e verificação de despesas. Isto já foi testado satisfatoriamente na área do serviço da dívida pública e planeamos expandir tal reforma para os salários pagos através do e-Folha até ao fim de dezembro de 2015. A implementação exigirá um volume considerável de capacitação, pequenos ajustamentos nas nossas regras atuais e o desenvolvimento de técnicas de gestão de tesouraria.

22. Gestão da massa salarial. A massa salarial do Governo subiu para cerca de 11% do PIB devido às numerosas contratações nos setores sociais e para as eleições, bem como à concessão recente de aumentos reais de salário. O Governo está a estudar maneiras de reduzir gradativamente o tamanho relativo da massa salarial. Continuamos a melhorar a gestão e a transparência dos salários. Em consequência das reformas adotadas no ano passado, 85% dos servidores públicos registados no cadastro de funcionários do Estado (e-CAF) agora recebem o seu salário diretamente na sua conta bancária. Pretendemos fazer uma verificação para que todos os funcionários públicos registados façam prova de vida em 2015. O Governo continua empenhado em alargar o sistema de processamento eletrónico de salários (e-Folha). Até ao fim de outubro de 2014, 70% dos servidores cadastrados eram pagos através do e-Folha. Pretendemos alargar a cobertura para 95% até ao fim de 2015.

23. Gestão de tesouraria. Continua a ser prioritário o aumento do uso da Conta Única do Tesouro (CUT). A circular destinada a reduzir o número de contas bancárias fora da CUT (Circular 02/GAB-MF/2014) precisa de ser complementada por mais instruções para assegurar o cumprimento no setor financeiro. Pretendemos concluir o mapeamento de todas as contas bancárias do Estado fora da CUT até ao fim de março de 2015. Para aumentar o uso da CUT, transferiremos todas as receitas para a CUT seja qual for a sua classificação.

24. Estamos a esclarecer o alcance do setor público. Estamos em vias de identificar: i) os fundos públicos, as entidades autónomas e outros entes de Direito Público com autonomia jurídica, administrativa e financeira (os "equiparados"); ii) as empresas públicas e sociedades detidas e/ou controladas pelo Estado; iii) as participações minoritárias do Estado em empresas privadas e iv) as participações indiretas do Estado por intermédio de outros entes públicos. O projeto do estatuto dos fundos públicos e entidades autónomas já foi redigido e deve ser aprovado em 2015.

25. Gestão dos riscos orçamentais. Uma missão do Banco Mundial de novembro de 2014 deveria prestar assistência na conceção de uma unidade de riscos orçamentais no Ministério das Finanças. Esta unidade estará criada até ao fim de março de 2015. Isto permitirá ao Governo preparar uma descrição inicial dos riscos orçamentais para inclusão na documentação do orçamento de 2016 até outubro de 2015.

26. Regra orçamental para receitas extraordinárias. Beneficiámos de um volume substancial de impostos sobre mais-valias associadas com transações envolvendo transferências de participação

¹ Atualmente, 71% das unidades gestoras beneficiárias (UGB) têm acesso direto ao sistema.

em grandes projetos de recursos naturais (sobretudo no setor de gás). Tais transações proporcionaram receitas tributárias excepcionais e cumulativas de cerca de 8,1% do PIB no período 2012–14. Embora o grande fluxo de entrada regular de receitas dos recursos naturais decorrentes do GNL deva começar apenas daqui a uma década, é possível que mais transferências de propriedade possam gerar impostos sobre mais-valias nos próximos anos. Para garantir o uso destes recursos apenas em investimentos públicos, pagamento da dívida e emergências nacionais,² o projeto da Lei do Orçamento de 2015 prevê uma regra *ex ante* sobre o uso de receitas extraordinárias (**indicador de referência estrutural**).

Administração da receita

27. Administração do IVA. Fizemos algum progresso na preparação da titularização do stock de pedidos de reembolso do IVA em aberto, que estimamos ascenderá a um montante entre USD 250 milhões e USD 300 milhões no final de 2014. Espera-se para o primeiro trimestre de 2015 uma colocação privada abrangendo a totalidade dos atrasados (**indicador de referência estrutural**). O projeto do orçamento de 2015 reflete a receita do IVA com base no montante líquido (antes dos pedidos de reembolso).

28. Implementação do e-Tributação. Fizemos algum progresso no registo de contribuintes no novo sistema eletrónico; 51% dos contribuintes do IVA e 100% dos pequenos contribuintes sujeitos ao imposto simplificado para pequenos contribuintes (ISPC) já atualizaram os seus dados neste sistema. Concluímos com sucesso um teste-piloto do e-tributação para cobrar o IVA e o ISPC em duas repartições tributárias e estamos a formular um plano de implementação para estender este sistema para todas as repartições tributárias a partir de novembro de 2014. A nossa intenção é cobrar o IVA e o ISPC através do e-tributação até ao fim de 2015, se as condições técnicas permitirem. Paralelamente, faremos um teste-piloto dos impostos sobre os rendimentos neste novo sistema até ao fim de 2015. O portal na Internet para os contribuintes ligado ao e-tributação será desenvolvido até ao fim de setembro de 2015.

29. Pagamento de impostos através dos bancos. Em vista do fato de que a implementação completa do e-Tributação levará até ao fim de 2016, durante a fase de transição criamos uma aplicação informática fora do e-Tributação que pode ser usada para pagar todos os impostos através dos bancos (inclusive o IVA, o ISPC, o IRPC e o IRPS). Esta funcionalidade informática permite a declaração em linha e o pagamento eletrónico do imposto liquidado. Estamos a testar atualmente este aplicativo em colaboração com dois bancos comerciais. Um teste-piloto será feito em dezembro de 2014 e envolverá várias repartições tributárias e bancos. Pretendemos estender este aplicativo a todo o país para que esteja em plena operação até ao fim de junho de 2015 (**indicador de referência estrutural**).

30. Modernização da Autoridade Tributária (AT) para melhorar a cobrança de receitas. Em 2015, a AT reformulará a sua estrutura organizacional com assistência técnica do FMI. Uma

² No caso de graves restrições temporárias de caixa geradas por insuficiências imprevistas de apoio ao orçamento, depósitos extraordinários poderiam ser usados em caráter temporário.

força-tarefa foi criada para avaliar a estrutura atual com vista a melhorar as práticas de gestão. Parte dos esforços para adaptar a AT aos novos desafios abrangerá: i) o reforço da gestão dos grandes contribuintes; ii) a melhoria da capacidade de gestão; iii) o fortalecimento da função de auditoria e iv) o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos em cobrança de receitas dos recursos naturais.

Gestão dos recursos naturais

31. Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extrativas (ITIE). O quinto relatório sobre a iniciativa de transparência referente a 2012 está a ser elaborado de acordo com os novos princípios da ITIE e deve ser concluído no fim de dezembro de 2014. O cadastro do setor de mineração agora pode ser acedido em linha; também estão disponíveis no sítio web do Governo os contratos, a legislação e regulamentos, os relatórios e as publicações do setor extrativo. Uma campanha de orientação do público está em andamento e a Secretaria do Comité de Coordenação está a melhorar continuamente a implementação da ITIE no país. Estamos também a tomar medidas para divulgar os relatórios e a interpretação dos novos princípios da ITIE para o benefício de todas as partes interessadas, com o objetivo de abranger todo o país. Além dos meios naturais de divulgação, também promovemos debates na TV e no rádio sobre a ITIE e os relatórios.

32. Legislação das minas e hidrocarbonetos. Esta legislação foi aprovada pela Assembleia da República em agosto de 2014, e atualmente estamos a elaborar as respetivas regulamentações a serem objeto de consulta aos ministros setoriais e partes interessadas antes da sua apresentação ao Conselho de Ministros para aprovação no primeiro trimestre de 2015.

33. Fortalecimento do regime fiscal para os sectores de minas e hidrocarbonetos. A legislação fiscal revista aplicada às minas e hidrocarbonetos foi aprovada pela Assembleia da República em agosto de 2014. Estamos a elaborar os respetivos regulamentos para apresentação ao Conselho de Ministros até ao final de 2014.

34. Desenvolvimento da liquefação do gás natural. A lei que autoriza o Governo a estabelecer um regime especial para o projeto de GNL foi aprovada pela Assembleia da República em agosto de 2014 para facilitar a implementação do projeto de GNL da Bacia do Rovuma, nas áreas 1 e 4. O decreto-lei referente ao regime especial de GNL está a ser finalizado e deve ser aprovado pelo Conselho de Ministros até ao final de dezembro de 2014.

Empresas públicas

35. Estamos a fortalecer a nossa supervisão das empresas públicas, conforme descrito nos parágrafos 22 e 23 do MPEF de 13 de abril de 2014.

- **As 14 empresas públicas totalmente detidas pelo Estado e monitorizadas pelo Ministério das Finanças estão sujeitas a controlos especiais.** Em especial, quatro das seis maiores empresas públicas já divulgaram os seus relatórios e contas de 2013, e as duas outras grandes empresas estão em vias de finalizar os seus relatórios. Até ao final de dezembro de 2014, esperamos encaminhar ao Conselho de Ministros um relatório sobre todas as 14 empresas públicas. Acompanharemos e supervisionaremos os riscos orçamentais destas empresas na

medida em que o seu endividamento está sujeito a autorização do Ministério das Finanças com base numa análise caso a caso da sustentabilidade financeira da empresa.

- **No caso das empresas públicas supervisionadas pelo IGEPE, elaboramos um projeto de lei sobre o Setor Empresarial do Estado (SEE)** e consultamos partes interessadas, inclusive a comunidade de doadores. Atualmente, as recomendações de melhoria estão a ser incorporadas e o projeto está sendo examinado pelo Gabinete Jurídico. A apresentação ao Conselho de Ministros está prevista para até ao fim de 2014. Este projeto de lei é um esforço para aumentar a transparência e tem como objetivo consolidar e esclarecer a legislação existente aplicada ao SEE, e preenche uma brecha na regulamentação das empresas públicas criadas dentro do regime/direito comercial.
- **O governo tem planos de consolidar a sua carteira de empresas no médio prazo, inclusive através de privatizações e liquidações.** Desde janeiro de 2014, reduzimos a carteira em duas empresas (quatro foram vendidas e duas novas foram incorporadas; a EMATUM é uma destas). O total agora é de 117 empresas públicas. O nosso objetivo é vender todas as ações em empresas não estratégicas em que a participação do governo seja inferior a 20%. Com alguma assistência técnica do Banco Mundial, estamos a: i) elaborar uma avaliação financeira da carteira de participações estatais em empresas; ii) compilar informação sobre a participação indireta do Estado; iii) capacitar gestores públicos em questões de governação; iv) consolidar demonstrações financeiras; v) padronizar a remuneração dos gestores das empresas estatais e vi) melhorar o controlo das participações indiretas do Estado através da avaliação de planos de negócio, comparecimento a todas as assembleias gerais e discussão do desempenho financeiro e operacional da empresa em questão.

36. A EMATUM está sujeita a controlos financeiros rigorosos compatíveis com o quadro aplicado às empresas estatais. Em julho de 2014, a empresa transmitiu relatórios financeiros e operacionais trimestrais aos Ministérios das Finanças e das Pescas. O governo solicitou uma auditoria externa das contas da EMATUM referentes a 2013 junto a uma firma internacional de auditoria; o respetivo relatório será publicado até ao fim de 2014. Começando com as contas de 2013, a EMATUM publicará os seus relatórios anuais auditados.

IV. POLÍTICAS DO SETOR FINANCEIRO

Fortalecimento da formulação e implementação da política monetária

37. Quadro de política monetária. O BM continuará a fortalecer o quadro de política monetária e aprimorar a capacidade analítica e a comunicação no processo de tomada de decisões no âmbito desta política, inclusive melhorando o seu modelo de previsão de inflação com assistência técnica do FMI.

- A estrutura básica do modelo foi configurada e calibrada para a economia moçambicana e um processo paralelo de previsão foi iniciado em setembro de 2014, enquanto o modelo continua a ser aprimorado.
- Seguindo a conclusão do sistema de previsão, o BM pretende fazer melhorias no componente prospetivo do comunicado à imprensa emitido pelo Comité de Política Monetária e no Relatório de Política Monetária a fim de aumentar a transparência.

38. O BM fez avanços consideráveis para melhorar o seu quadro de gestão da liquidez.

Contudo, é necessário aprimorar as previsões da circulação monetária e do fluxo de tesouraria do Governo, além de aprofundar os mercados monetários.

39. Troca de informações e coordenação entre o MF e o BM. Houve avanços na coordenação entre estas duas instituições nos últimos anos no sentido de melhorar a gestão da liquidez. Ao abrigo do Memorando de Entendimentos entre o BM e o MF, este vem transmitindo semanalmente ao BM estatísticas de curto prazo pertinentes sobre as operações do Governo. O MF encaminhará ao BM informação histórica sobre as classificações dos pagamentos para ajudar a melhorar a precisão das suas previsões.

40. Previsão da liquidez. O mecanismo de recolha de dados está a ser examinado. Com assistência técnica do FMI, está a ser feito um trabalho para melhorar o quadro de previsão monetária e das operações do Governo, inclusive com o alargamento do horizonte das previsões de liquidez de alta frequência para um mês ou até um trimestre inteiro.

41. Gestão do mercado monetário. O BM está a avançar rumo ao uso mais frequente de operações repo na sua gestão da liquidez. A reforma no sentido de autorizar o uso de Bilhetes do Tesouro (BT) como garantia em operações do mercado monetário está em curso. O BM, o MF e a Bolsa de Valores estão a trabalhar para resolver as questões jurídicas e informáticas ainda pendentes com vista a concluir esta reforma até setembro de 2015 (**indicador de referência estrutural**).

Supervisão do setor financeiro

42. O BM continua empenhado em reforçar a supervisão do sistema bancário e a gestão de crises.

43. Testes de esforço e empréstimos mal parados. Testes de esforço têm vindo a ser executados trimestralmente e o BM continua a reforçar o processo de recolha de dados, o que ainda continua a ser um obstáculo para a eficácia destes testes. O relatório dos testes de esforço de junho de 2014 foi elaborado e apresentado ao Conselho do BM. Embora os resultados revelem um baixo risco de pressão sobre o setor financeiro, apontam a concentração de crédito como a maior fonte de risco. O relatório dos testes de esforço referente ao segundo semestre de 2014 está a ser elaborado. A adoção da definição revista de empréstimos mal parados a partir de janeiro de 2014 elevou ligeiramente o rácio destes empréstimos, porém o rácio médio permanece baixo, em 3,5% no fim de junho de 2014.

44. Supervisão baseada nos riscos e adoção do Basileia II. Todos os bancos apresentaram ao BM os seus planos de gestão de riscos. O BM continua a fazer inspeções *in situ* baseadas no perfil de risco de cada banco. Quatro bancos com importância sistêmica alta e média foram objeto de fiscalização em 2014, e o objetivo é abranger gradativamente toda a banca. O projeto de regulamentação sobre os limites de concentração, que inclui os investimentos no estrangeiro, foi revisto com base nos contributos da assistência técnica do FMI e do Conselho do BM. Está em andamento um estudo baseado nos dados de junho de 2014 para avaliar a compatibilidade do projeto de regulamentação com os princípios do Basileia II. Espera-se que a revisão deste projeto seja finalizada até ao fim de junho de 2015.

45. Plano de Contingência do Setor Financeiro. O Conselho do BM aprovou os termos de referência da solicitação de assistência técnica do Banco Mundial para apoiar a implementação deste Plano. O trabalho de AT foi iniciado em novembro de 2014 e um plano de ação para o exercício de simulação foi aprovado pelo Conselho do BM no fim de novembro de 2014. Este exercício deve começar no primeiro trimestre de 2015.

46. Fundo de Garantia de Depósitos (FGD). O Conselho de Administração do FGD concluiu o relatório sobre o processo de implementação, o qual foi submetido à apreciação do Conselho do BM em outubro de 2014. As discussões entre o FGD, o MF e o BM estão no seu estágio final, viradas para alguns aspetos essenciais, nomeadamente: i) a cobertura dos depósitos; ii) a data da entrada em funcionamento do FGD e iii) o prémio anual a ser pago pelos bancos. O Conselho do FGD beneficiou dos conhecimentos técnicos do Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW) em FGDs e está a discutir com o KfW o seu apoio financeiro. O Governo deve fazer a sua contribuição inicial para o FGD em 2015.

Desenvolvimento do setor financeiro

47. O Governo e os órgãos pertinentes começaram a implementar a Estratégia de Desenvolvimento do Setor Financeiro (EDSF) 2013–2022. Os principais objetivos são: i) manter a estabilidade do setor financeiro; ii) alargar o acesso a serviços e produtos financeiros, eliminar os constrangimentos estruturais na economia, especificamente os que limitam a intermediação financeira e o acesso a serviços financeiros e iii) aumentar a oferta de capital privado para apoiar o desenvolvimento do setor privado. O relatório de progresso referente ao primeiro semestre de 2014 está a ser elaborado por um grupo de trabalho interinstitucional para o fim de 2014.

- **Promoção da inclusão financeira.** Em consonância com a EDSF, elaboraremos até ao fim de dezembro de 2015 a Estratégia Nacional de Inclusão Financeira (ENIF); um trabalho de diagnóstico nesta área está em curso. Ao mesmo tempo, o BM lançou o Programa de Educação Financeira em outubro de 2014, que abrange transmissões sobre educação financeira na TV e no rádio, e palestras sobre finanças por todo o país. Após o Governo haver aprovado, em junho, o Decreto 30/2014, que permite a criação de agentes bancários, sobretudo nas áreas rurais, para oferecer determinados serviços bancários, o BM aprovará a respetiva regulamentação até ao fim de março de 2015.

- **Criação de centrais de registo de crédito.** Em fevereiro de 2014, foi submetido à Assembleia da República o projeto de lei sobre a criação das centrais de registo de crédito privado, que ainda não foi aprovado em virtude de a pauta da Assembleia haver estado bastante cheia em 2014. Não obstante, o respetivo regulamento está a ser elaborado e será aprovado no prazo de seis meses após a aprovação da lei.
- **Promoção da banca móvel.** Planeamos aprovar a nova regulamentação do dinheiro eletrónico até junho de 2015. A regulamentação protegerá os utilizadores dos serviços de banca móvel ao garantir uma separação clara dos recursos depositados na conta fiduciária da operadora móvel dos recursos depositados nas demais contas da operadora.
- **Promoção da concorrência no setor bancário.** O Aviso 01/GBM/2014 do BM sobre a regulamentação dos cartões bancários foi aprovado em junho e publicado. O Conselho do BM aprovou em julho uma revisão preliminar do Aviso 05/GBM/2009 com o objetivo de promover a transparência dos preços e comissões dos serviços e produtos financeiros. Estamos a consultar os bancos comerciais acerca disto e esperamos a sua aprovação em definitivo em junho de 2015.
- **Desenvolvimento do mercado de capitais.** Durante 2014, foi implementado o programa de educação financeira da Bolsa de Valores, com i) o arranque da Conferência Nacional sobre o Mercado de Capitais para promover e disseminar o mercado de capitais e a Bolsa de Valores em Moçambique e ii) visitas a quatro províncias direcionadas a autoridades governamentais, instituições e empresas públicas, empresas privadas e outras partes interessadas no mercado. Esta disseminação contempla a conscientização sobre os benefícios do mercado de capitais como veículo através do qual as empresas e outras instituições podem obter financiamento.
- **Centralização do registo de detenção de títulos.** As condições tecnológicas e operacionais para o pleno funcionamento da Central de Depósito de Títulos (CDT) foram estabelecidas em junho de 2014 mediante: i) a aprovação do quadro jurídico relacionado às operações da CDT e ii) a formação, como utilizadores, de corretores e custodiantes para que se familiarizassem com as funcionalidades da CDT. O processo de verificação e migração dos dados arrancou como uma das primeiras atividades da CDT, ao que se seguiu o registo de novos títulos, no último trimestre do ano.
- **Quadro das garantias móveis.** A primeira fase do estudo diagnóstico sobre a criação de uma central de registo de garantias móveis foi concluída em outubro. O objetivo era recolher experiências internacionais sobre o tema, mapear os ativos existentes usados como garantia e examinar os atuais mecanismos para a execução de garantias. A segunda fase — a elaboração do projeto de lei sobre garantias — está em andamento, com a assistência técnica prestada em novembro. A apresentação da lei ao Conselho de Ministros, prevista para dezembro de 2014 (**indicador de referência estrutural**), será adiada devido à complexidade do tema e à escassez de experiência internacional pertinente. Contudo, agora contemplamos esta apresentação em setembro de 2015 (**indicador de referência estrutural**) com assistência técnica da GIZ.

48. Quadro de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (CBC/FT). A regulamentação da Lei sobre CBC/FT foi aprovada pelo Conselho de Ministros em agosto de 2014 e agora está a aguardar a sua publicação no Boletim Oficial. As diretrizes do BM para os bancos comerciais sobre o tema devem ser aprovadas em março de 2015.

Sistema de pagamentos

49. Reformas no sistema de pagamentos

- **Aperfeiçoamento das práticas de supervisão do BM.** O primeiro relatório anual sobre a supervisão foi concluído em outubro de 2014 (**indicador de referência estrutural para novembro**). Baseado na metodologia aprovada pelo BIS em 2001 sobre os Princípios Fundamentais para Sistemas de Pagamentos Sistemicamente Importantes, este primeiro relatório anual mostra que, na generalidade, o sistema de pagamentos nacional passou por melhorias significativas em termos de conformidade com as melhores práticas nacionais e internacionais, porém as áreas de gestão da liquidez e risco de crédito no sistema ainda estão ligeiramente desfasadas. Com relação às operadoras móveis, a Unidade de Supervisão do Sistema de Pagamentos fez uma inspeção *ad hoc* da M-kesh em outubro de 2014. A inspeção *in situ* da M-pesa foi adiada para o primeiro semestre de 2015 a fim de beneficiar da assistência técnica a ser prestada pela missão do Instituto de Gestão Económica e Macrofinanceira da África Oriental e Austral (MEFMI) programada para março de 2015 sobre a implementação dos Princípios do BIS para a Infraestrutura do Mercado Financeiro de 2012.
- **Desenvolvimento da rede de pagamentos a retalho (SIMO).** Estão conectados à rede SIMO 17 máquinas ATM e 17 terminais POS dos três principais bancos e de um banco de médio porte. Os demais bancos devem conectar-se gradativamente e estamos a trabalhar com operadoras individuais para definir um cronograma.

Boa governação e ambiente de negócios

50. Pacote anticorrupção. A Assembleia da República aprovou o novo Código Penal em julho de 2014 após muitos debates, porém a aprovação do Código de Processo Penal ainda está pendente. O projeto de Plano de Ação para a efetiva implementação do pacote anticorrupção composto por cinco leis ainda está em discussão e deve ser apresentado ao Conselho de Ministros até ao fim de 2014.

51. A implementação da Estratégia de Melhoria do Ambiente de Negócios (EMAN II 2013–2017) está em curso.

- **O registo e licenciamento de atividades económicas está a acelerar.** Após a aprovação do Formulário Único em dezembro de 2013, que harmoniza os procedimentos para o registo de empresas, a fase-piloto está a ser executada na Cidade de Maputo, Xai-Xai, Inhambane, Beira, Nampula e Pemba. Para além disso, estamos a monitorizar e avaliar a transição para meios eletrónicos (e-BAÚ). O Formulário Único está a ser implementado nas mesmas províncias em

que o e-BAÚ foi adotado. Isto possibilita uma integração sem sobressaltos do Formulário Único à plataforma e-BAÚ.

- **Uma plataforma eletrónica para os serviços de registo e licenciamento de novas empresas (e-BAÚ) foi lançada em agosto de 2014** e está a operar na Cidade de Maputo (Balcão de Atendimento da Cidade de Maputo), reunindo todas as unidades relacionadas ao processo de licenciamento de atividades económicas. O e-BAÚ permitiu o registo de propriedades no prazo de dois dias em vez de dez dias (o limite por lei) e diminuiu os custos de deslocação e tempo para os agentes económicos. O e-BAÚ agora está a ser estendido para as províncias de Maputo, Cabo Delgado, Nampula, Sofala, Inhambane e Gaza, e esperamos abranger todo o país em 2015. Também esperamos lançar em 2015 o sítio web (www.portaldocidadão.gov.mz) como ferramenta para o setor privado destinada à divulgação de toda informação relacionada a procedimentos, documentos exigidos, prazos, custos, legislação e serviços de licenciamento e complementares.

Monitorização do programa

52. Os critérios de avaliação propostos e metas indicativas até dezembro de 2015 são apresentados no Quadro 2. O Quadro 4 contém uma lista dos indicadores de referência estruturais propostos. A quarta avaliação do acordo ao abrigo do PSI deve ser concluída até ao final de junho de 2015, conforme especificado no MPEF datado de 23 de abril de 2014, e a quinta avaliação, até ao final de dezembro de 2015.

Quadro 1. Moçambique: Critérios de Avaliação Quantitativos e Metas Indicativas Referentes a 2014¹

(Em milhões de MT, salvo indicação em contrário)

	2014											
	Metas indicativas fim de março				Critérios de avaliação fim de junho				Metas indicativas fim de setembro			
	Prog.	Ajust.	Efet.	Status	Prog.	Ajust.	Efet.	Situação	Prog.	Ajust.	Efet.	Situação
Critérios de avaliação para o final de junho/dezembro												
Crédito líquido ao governo central (teto cumulativo)	889	-14.249	-13.192	NC	-7.985	-7.985	-8.247	C	-13.721	-13.721	-4.425	NC
Stock da base monetária (teto)	45.100	45.100	45.007	C	48.023	48.023	48.933	NC	50.689	50.689	52.713	NC
Stock de reservas internacionais líquidas do BM (piso, milhões de USD)	2.961	3.452	3.192	NC	3.107	3.107	3.182	C	3.188	3.188	3.100	NC
Nova dívida externa não concessional contraída ou garantida pelo governo central, o BM ou estatais selecionadas, com vencimento igual ou superior a um ano (teto cumulativo durante a vigência do programa, milhões de USD) ²	1.200	1.200	926	C	1.500	1.500	978	C	1.500	1.500	1.298	C
Stock da dívida externa de curto prazo contraída ou garantida pelo governo central (teto) ²	0	0	0	C	0	0	0	C	0	0	0	C
Atrasados de pagamentos externos do governo central (teto, milhões de USD) ²	0	0	0	C	0	0	0	C	0	0	0	C
Metas indicativas												
Receita pública (piso cumulativo)	25.519	41.583	41.193	NC	75.365	75.365	75.552	C	112.616	112.616	109.976	NC
Despesas prioritárias (piso cumulativo)	20.686	20.686	21.664	C	46.299	46.299	47.652	C	80.738	80.738	78.986	NC

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas do corpo técnico do FML

¹ As definições e os fatores de ajuste são apresentadas na seção "Monitorização do Programa" do Memorando de Políticas Económicas e Financeiras e do Memorando Técnico de Entendimento.

² Avaliado em base contínua.

Quadro 3. Moçambique: Indicadores de Referência Estruturais para 2014

Indicadores de referência estruturais	Data de implementação	Ponto da situação
O Ministério da Planificação e Desenvolvimento aprovará e encaminhará ao corpo técnico do FMI uma versão revista do PII contendo informação financeira referente aos projetos para os quais foi garantido financiamento, além de informação resumida dos projetos para embasar a ASD, o QDMP e o orçamento (¶14 do MPEF datado de 23 de abril de 2014).	Fim de junho de 2014	Não foi cumprido (proposta de reformulação)
O Governo apresentará a cobrança do IVA em valores líquidos nos documentos do projeto de orçamento de 2015 (¶16 do MPEF datado de 23 de abril de 2014).	Fim de outubro de 2014	Cumprido
O Governo concluirá e operacionalizará integralmente a aplicação informática para o pagamento do IVA e do ISPC através dos bancos (¶16 do MPEF datado de 23 de abril de 2014).	Fim de outubro de 2014	Não cumprido (proposta de alargamento e reprogramação para junho de 2015)
O Conselho do BM aprovará o plano de ação para o exercício de simulação referente ao Plano de Contingência do Setor Financeiro (¶27 do MPEF datado de 23 de abril de 2014).	Fim de novembro de 2014	Cumprido
O BM publicará o primeiro relatório anual de supervisão dos sistemas de pagamentos (¶30 do MPEF datado de 23 de abril de 2014).	Fim de novembro de 2014	Cumprido
O Governo providenciará o pagamento ou a titularização do stock dos pedidos válidos de reembolso do IVA submetidos até ao fim de 2013 (¶16 do MPEF datado de 23 de abril de 2014).	Fim de dezembro de 2014	Não cumprido (proposta de alargamento e reprogramação para março de 2015)
O Governo criará um registo de garantias móveis (¶28 do MPEF datado de 23 de abril de 2014).	Fim de dezembro de 2014	Não cumprido (proposta de reprogramação para o fim de setembro de 2015)

Fonte: Corpo técnico do FMI e autoridades de Moçambique.

Quadro 4. Moçambique: Indicadores de Referência Estruturais Propostos para dezembro de 2014–2015

Indicadores de referência estruturais	Data de implementação	Comentário	Pertinência macroeconómica
O Governo publicará diretrizes orçamentais exigindo que a Comissão de Avaliação de Investimentos faça uma avaliação técnica obrigatória dos novos projetos de investimento público de valor igual ou superior a USD 50 milhões a serem incluídos no orçamento de 2016 e dos anos seguintes (¶17 deste MPEF).	Fim de maio de 2015	Proposta de medida corretiva em vista do descumprimento do indicador de referência estrutural do PII referente a junho de 2014	Fortalecimento da gestão dos investimentos públicos
O Governo providenciará o pagamento ou a titularização do stock dos pedidos válidos de reembolso do IVA submetidos até ao fim de 2014 (¶ 27 deste MPEF).	Fim de março de 2015	Proposta de alargamento e reprogramação do fim de dezembro de 2014	Fortalecimento da administração tributária
O Governo concluirá e operacionalizará integralmente a aplicação informática para o pagamento do IVA, do ISPC e dos impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares e coletivas através dos bancos (¶16 do MPEF datado de 23 de abril de 2014 e ¶29 deste MPEF).	Fim de junho de 2015	Proposta de alargamento e reprogramação do fim de outubro de 2014	Fortalecimento da administração tributária
O uso de Bilhetes do Tesouro (BT) como garantia em operações do mercado monetário se materializará (¶41 deste MPEF).	Fim de setembro de 2015	Proposta	Aprofundamento dos mercados de capitais
O Governo incluirá no projeto do orçamento de 2015 uma norma orçamental sobre o uso da receita extraordinária apenas em despesas de investimento, redução da dívida e necessidades excepcionais (¶26 deste MPEF).	Fim de junho de 2015	Proposta	Garantia da sustentabilidade orçamental
O Governo criará um registo de garantias móveis (¶28 do MPEF datado de 23 de abril de 2014 e ¶47 deste MPEF).	Fim de setembro de 2015	Proposta de reprogramação do fim de dezembro de 2014	Aprofundamento dos mercados financeiros

Fonte: Corpo técnico do FMI e autoridades de Moçambique.

Annexo 2. Memorando Técnico de Entendimento

12 de dezembro de 2014

1. O presente Memorando Técnico de Entendimento (MTE) datado de 23 de abril de 2014 permanece em vigor, salvo as atualizações abaixo sobre os fatores de ajuste das reservas internacionais líquidas e do crédito líquido ao governo central, e os Quadros 1 e 2.

FATORES DE AJUSTE

A. Reservas internacionais líquidas

2. As metas quantitativas (pisos) para as reservas internacionais líquidas (RIL) serão ajustadas:
- para menos pelo montante da insuficiência da ajuda externa ao programa, menos os pagamentos do serviço da dívida (até ao máximo de USD 200 milhões), em comparação com o cenário de base do programa (Quadro 1);
 - para mais pelo montante das receitas extraordinárias do imposto sobre mais-valias (além dos montantes programados) acima de USD 30 milhões cobradas durante o período do programa menos i) os pagamentos além dos programados referentes aos pedidos de reembolso do IVA pendentes e ii) toda operação de redução da dívida *vis-à-vis* o setor não bancário interno (Quadro 2);
 - para menos/para mais para acompanhar quaisquer revisões nos números do encerramento do ano fiscal correspondentes ao ano anterior, e
 - para menos para acomodar a elevação das despesas públicas com financiamento externo para fazer face a calamidades naturais, até ao montante de USD 20 milhões.

B. Crédito líquido ao governo central

3. As metas quantitativas (tetos) para o crédito líquido ao governo central (CLG) serão ajustadas:
- para mais pelo montante em meticais da insuficiência da ajuda externa ao programa, menos os pagamentos do serviço da dívida (até ao equivalente em meticais do montante de USD 200 milhões, às taxas de câmbio em vigor nas respetivas datas de teste), em comparação ao cenário de base do programa (Quadro 1);
 - para menos pelo montante das receitas extraordinárias do imposto sobre mais-valias (além dos montantes programados) acima de USD 30 milhões cobradas durante o período do programa menos i) os pagamentos além do programado referentes aos pedidos de reembolso do IVA pendentes e ii) toda operação de redução da dívida *vis-à-vis* o setor não bancário interno (Quadro 2);

- para menos pelo montante do produto da privatização acima do previsto no programa, salvo se este produto for depositado nas contas de poupança do Governo no estrangeiro;
- para menos (mais) em função de qualquer aumento (diminuição) no financiamento interno proveniente do sector privado não financeiro; (Quadro 2) e
- para mais para acomodar a elevação da despesa pública com financiamento interno para fazer face a calamidades naturais, até ao equivalente em meticais do montante de USD 20 milhões, às taxas de câmbio em vigor nas respetivas datas de teste.

Quadro 1 do MTE. Moçambique: Assistência Externa Líquida, 2014-15

	2014		2015		
	T4	T1	T2	T3	T4
	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
Assistência externa líquida ao programa (milhões de USD)	55	-18	85	12	26
Assistência externa bruta ao programa	115	11	154	96	61
Donativos em apoio ao programa	5	11	54	36	24
Empréstimos em apoio ao programa	110	0	100	60	38
Serviço da dívida externa	61	29	69	84	35
Assist. externa líq. acumul. ao programa, em milhões de US	103	-18	67	79	105
Assistência externa bruta ao programa	333	11	165	261	322
Serviço da dívida externa	229	29	98	182	217
Assistência externa líquida ao programa (milhões de MT)	1.698	-550	2.670	389	831
Assistência externa bruta ao programa	3.587	357	4.842	3.057	1.955
Donativos em apoio ao programa	162	357	1.689	1.158	752
Empréstimos em apoio ao programa	3.425	0	3.153	1.899	1.203
Serviço da dívida externa	1.889	906	2.172	2.668	1.124
Assist. externa líq. acumulada ao progr., em milhões de MT	3.174	-550	2.120	2.509	3.340
Assistência externa bruta ao programa	10.351	357	5.198	8.256	10.211
Serviço da dívida externa	7.178	906	3.079	5.746	6.871

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas do corpo técnico do FMI.

Quadro 2 do MTE. Moçambique - Pedidos e Reembolsos Programados do IVA, 2014

	T1	T2	T3	T4	Total
Receitas extraord. do imposto sobre mais-valias, em milhões de MT	16.161	0	0	0	16.161
Receitas extraord. do imposto sobre mais-valias, em milhões de USD	523	0	0	0	523
Reembolsos do IVA orçados, em milhões de MT	1.125	1.125	1.125	1.125	4.500
Reembolsos do IVA orçados, em milhões de USD	36	36	37	36	144
Redução dos reembolso do IVA em atraso, em milhões de MT	0	0	0	0	0
Redução dos reembolso do IVA em atraso, em milhões de USD	0	0	0	0	0

Anexo I. Nova Legislação Setorial e Tributária para os Setores de Mineração e Hidrocarbonetos

Em agosto de 2014, a Assembleia da República aprovou quatro novas leis sobre os recursos naturais — leis setoriais para os setores de mineração e hidrocarbonetos, além das leis sobre os respectivos regimes tributários. Trata-se de um avanço em relação à legislação em vigor.

As autoridades consideraram útil a assistência técnica do FMI sobre os regimes tributários e levaram em conta uma série de recomendações, embora as leis estejam aquém das melhores práticas internacionais em alguns aspetos. A Assembleia da República também autorizou o Governo a elaborar um decreto-lei para os projetos *offshore* de gás natural liquefeito (GNL) na Bacia do Rovuma (região norte de Moçambique), os quais não são devidamente abrangidos nem pela nova legislação, nem pela já existente.

Do lado positivo, as novas leis para estes setores aumentarão a transparência. Tal foi alcançado mediante: i) a exigência de publicação dos principais elementos de todos os contratos de exploração e produção; ii) o reforço das obrigações de reporte por parte das empresas dos setores extrativos, em conformidade com a ITIE; iii) normas claras sobre as consultas entre o Governo, as empresas e as comunidades locais nas áreas de extração e iv) a exigência de concursos públicos para a concessão de contratos em vez da negociação direta entre as autoridades governamentais e empresas específicas.

Contudo, as leis setoriais contêm disposições problemáticas. Por exemplo, a nova lei dos hidrocarbonetos vincula uma proporção de 25% da produção ao mercado interno e determina que alguns bens e serviços sejam fornecidos exclusivamente por empresas moçambicanas. Embora estas cláusulas possam promover um aumento do conteúdo local, também podem levar a ineficiências caso haja um subsídio implícito no preço usado para o mercado interno. Outra dificuldade pode surgir caso os fornecedores internos estejam aquém dos padrões de qualidade internacionais ou sejam pequenos demais para atender às exigências de projetos enormes como estes. A lei dos hidrocarbonetos também incentiva o governo e o setor privado a alargarem a sua participação nos projetos para além das suas participações atuais, de 10% a 15%;³ ao mesmo tempo, não resta claro como o Governo financiará a sua participação.⁴ A nova configuração institucional estabelecida por estas leis, inclusive com a criação da Alta Autoridade da Indústria Extrativa e o novo Instituto

³ Isto poderia tornar-se uma fonte de risco orçamental caso o Governo ou a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) financiasse a sua participação por meio de endividamento. A participação de cidadãos moçambicanos através do mercado de títulos local também constituirá um desafio, pois este mercado é pouco desenvolvido relativamente às necessidades de financiamento dos projetos de mineração e petróleo.

⁴ O custo do investimento contemplado é de cerca de USD 40 mil milhões, quase 2,5 vezes o PIB de 2014, com base no pressuposto da construção de quatro terminais de liquefação *onshore*. O montante total do investimento variaria caso o número de terminais aumentasse ou diminuísse, ou ainda se fossem construídas instalações de liquefação flutuantes.

Nacional de Minas, também vai gerar desafios em termos de coordenação, com mandatos sobrepostos e capacidade institucional limitada.

Os respetivos regimes tributários também representam um avanço em relação à legislação em vigor. Eles consolidam num único documento as normas de tributação da indústria extrativa, abrangendo os royalties, as regras específicas de tributação dos rendimentos, como os cronogramas de depreciação e as disposições sobre perímetros de consolidação, os benefícios fiscais, os impostos sobre mais-valias, etc. Isto ajudará não apenas a proporcionar um tratamento tributário mais uniforme, mas também a simplificar a administração tributária com o passar do tempo, reduzindo a carga administrativa associada com múltiplas cláusulas específicas a um contrato e normas *ad hoc*. Os novos regimes tributários também aumentam a transparência, pois as empresas são obrigadas a apresentar contas financeiras anuais certificadas por uma firma de auditoria independente.

Os novos regimes tributários buscam aumentar a receita dos recursos naturais, respondendo à preocupação de que, no passado, os grandes (“mega”) projetos haviam beneficiado de disposições fiscais relativamente generosas — um fato que, recentemente, foi objeto de pesadas críticas de organizações da sociedade civil. O novo regime tributário mantém os encargos tradicionais (como os royalties e o imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas) e acrescenta um imposto sobre “super lucros”, que permitirá ao Governo captar uma proporção maior de receitas quando a rentabilidade de um projeto superar um determinado limiar. Isto é feito através de um imposto sobre os rendimentos dos recursos naturais e de um mecanismo de partilha da produção aplicados aos hidrocarbonetos, que possibilita que a proporção dos lucros do governo aumente à medida que os projetos se tornem mais rentáveis. As normas relativas aos impostos sobre mais-valias que eram ambíguas foram tornadas mais claras.

Determinados aspetos fundamentais dos regimes tributários permanecem problemáticos.

Conforme aprovada, a nova legislação tributária aplicada à mineração contém algumas falhas graves, como as taxas de royalties mais baixas para o mercado interno (o que equivale a um imposto de exportação e gerará um vazamento de impostos, além de dificultar a administração tributária) as normas de avaliação dos minerais, o cálculo dos royalties sobre a produção (em vez de sobre as vendas) e a não dedutibilidade dos royalties para a liquidação do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas.



Comunicado de Imprensa n.º 15/01 (P)
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
5 de Janeiro de 2015

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431 EUA

Conselho de Administração do FMI conclui a terceira avaliação do acordo com Moçambique ao abrigo do Instrumento de Apoio à Política Económica

O Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu hoje a terceira avaliação do desempenho económico de Moçambique ao abrigo do programa apoiado pelo Instrumento de Apoio à Política Económica (PSI, na sigla em inglês).¹ A decisão do Conselho foi tomada por decurso de prazo.²

O PSI para Moçambique foi aprovado pelo Conselho de Administração a 24 de Junho de 2013 (ver Comunicado de Imprensa n.º 13/231).

O desempenho macroeconómico de Moçambique continua robusto. Prevê-se um crescimento de 7,5% em 2014, com inflação baixa (a média nacional em 12 meses situava-se em 2,4% até Novembro), não obstante uma orientação orçamental mais expansionista do que o programado e uma base monetária ligeiramente acima da meta. O desempenho no âmbito do programa apoiado pelo PSI não foi uniforme — ainda que apenas um critério de avaliação quantitativo não tenha sido cumprido até ao final de Junho, verificaram-se algumas derrapagens durante o segundo semestre e alguns atrasos na implementação das reformas estruturais.

O principal desafio a curto prazo é manter o ímpeto do crescimento e, simultaneamente, preservar a sustentabilidade orçamental e da dívida. Terá que ser realizada uma consolidação orçamental a partir do orçamento de 2015 de forma a restaurar a gestão orçamental prudente. Ainda que os baixos preços de importação tenham resultado na queda da inflação, o Banco de Moçambique deverá manter a vigilância e cumprir a sua meta a médio prazo para a

¹ O PSI é um instrumento do FMI concebido para países que não necessitam de apoio financeiro à balança de pagamentos. O PSI ajuda os países a elaborar programas económicos eficazes que, uma vez aprovados pelo Conselho de Administração do FMI, são acolhidos por doadores, bancos multilaterais de desenvolvimento e mercados como um sinal de que o Fundo endossa as políticas do país membro (ver <http://www.imf.org/external/np/exr/facts/psi.htm>). Mais pormenores sobre o programa PSI de Moçambique podem ser consultados em <http://www.imf.org/mozambique>.

² O Conselho de Administração toma decisões por decurso de prazo quando considera que uma proposta pode ser avaliada sem a necessidade de convocar discussões formais.

inflação. As prioridades chave ao nível das reformas estruturais incluem melhorias na administração do IVA e na administração tributária, em geral, a continuidade das reformas na gestão das finanças públicas, o reforço da capacidade institucional para assegurar a transparência na gestão dos investimentos públicos e na contracção de empréstimos, e melhorias no ambiente de negócios e desenvolvimento do sector financeiro. A conclusão das negociações do contrato de produção de gás natural liquefeito (GNL) é um marco crítico para o arranque deste projeto, um dos maiores na África Subsariana.

Não obstante o risco acrescido devido a uma conjuntura mundial incerta, a expectativa é de um crescimento vigoroso e de bases alargadas a médio prazo, impulsionado pela forte expansão do sector de recursos naturais e pelos investimentos em infraestruturas. O ajustamentofiscal a médio prazo será essencial para preservar a sustentabilidade da dívida e a estabilidade macroeconómica. Tal requer medidas para conter as pressões sobre as despesas correntes e para conduzir os investimentos a um nível mais sustentável. Dado o provável declínio da ajuda financeira externa a médio prazo, Moçambique terá de contrair empréstimos para prover recursos adicionais para a prossecução das melhorias almejadas em termos de infraestruturas físicas e capital humano. Continuar a reforçar a planificação e execução dos investimentos e a gestão da dívida é essencial para assegurar a eficiência dos investimentos e empréstimos. Deve-se prosseguir com vigor a implementação de reformas estruturais centradas na gestão das finanças públicas, instrumentos de política monetária, supervisão bancária e facilitação do comércio, para sustentar o crescimento e torná-lo mais inclusivo.